

MARIA TERESA MARTINS

**DISCURSO E CIDADE: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO
BAIRRO**

**São José do Rio Preto
2012**

MARIA TERESA MARTINS

**DISCURSO E CIDADE: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO
BAIRRO**

Tese apresentada para a obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos, Área de Análise Linguística, Linha Estudos do Texto e do Discurso, junto ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Campus de São José do Rio Preto.

Orientador: Prof. Dr. José Horta Nunes

São José do Rio Preto

2012

Martins, Maria Teresa.

Discurso e cidade : uma análise discursiva do bairro / Maria Teresa Martins. - São José do Rio Preto : [s.n.], 2012.
107 f. ; 30 cm.

Orientador: José Horta Nunes

Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Linguística. 2. Análise do discurso. 3. Funcionalismo (Linguística). 4. Espaço urbano. 5. Contradição. I. Nunes, José Horta. II. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. III. Título.

CDU – 81'42

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IBILCE
Campus de São José do Rio Preto - UNESP

COMISSÃO JULGADORA

Titulares

Prof. Dr. José Horta Nunes

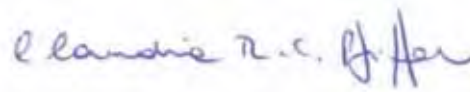
Unicamp – Campinas

Orientador



Profª Drª Claudia Castellanos Pfeiffer

Unicamp – Campinas

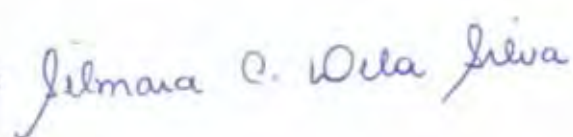


Profª Drª Fabiana Cristina Komesu

Unesp – São José do Rio Preto

Profª Drª Silmara Cristina Dela Silva

UFF – Niterói



Profª Drª Suzy-Maria Lagazzi

Unicamp – Campinas

Suplentes

Profª Drª Carolina Rodríguez-Alcalá

Unicamp – Campinas

Prof. Dr. Maurizio Babini

Unesp – São José do Rio Preto



Profª Drª Dantielli Assumpção Garcia

Unilago – São José do Rio Preto

À minha avó materna. Sem anos de escolaridade formal.
Muitos anos de sabedoria. Peço licença a Adélia Prado:

*Minha avó cozinhava exatamente: Arroz, feijão-roxinho,
molho de batatinhas. Mas cantava.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. José Horta, pelas conversas orientadoras, pelas discussões, pelo apoio durante esses dez anos, que de repente passaram. Agradeço sobretudo pelo exemplo de pesquisador.

Às Professoras Fabiana Cristina Komesu e Suzy Maria Lagazzi pelas contribuições por ocasião do Exame Geral de Qualificação.

À Professora Cristina Parreira pelas orientações referentes ao Exame de Qualificação Especial.

Aos professores: Carolina Rodríguez-Alcalá, Claudia Castellanos Pfeiffer, Fabiana Cristina Komesu, Maurizio Babini, Silmara Cristina Dela Silva, Suzy Maria Lagazze Dantielli Assumpção Garcia que aceitaram o convite para avaliar este trabalho.

À Professora Dr^a Eni Orlandi, pelas partilhas durante a disciplina “Discurso e Subjetividade”, em 2008.

À Professora Dr^a Soila Maria Schreiber da Silva, pelas partilhas durante a disciplina “Argumentação e Enunciação”, em 2009.

À direção e coordenação da E. M. Darcy Ribeiro.

Ao setor de arquivos do Diário da Região e ao Arquivo Público Municipal de São José do Rio Preto.

À FAPESP, pela bolsa de estudos concedida.

Aos amigos: Jorge Henrique Faccipieri Junior, Livia Laís Femina Figueiredo, Magali Sanches Duran e todos os que se vão somando à minha história.

Aos familiares: Maria do Rosário Gonzales Alves, Sérgio Martins de Souza, Sérgio Lenine Martins, Joyce Almagro Squinello Frota, Edna Almagro Squinello, Isabel Bençal Alves, Pedro Dias, José Francisco Alves e todos os que o sangue e o amor uniram. E à constante presença em espírito de minha mãe, Maria Aparecida Alves Martins.

*E foste um difícil começo
Afasto o que não conheço
E quem vende outro sonho feliz de cidade
Aprende depressa a chamar-te de realidade
Porque és o avesso do avesso do avesso do avesso*

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO.....	11
1 ANÁLISE DE DISCURSO E CIDADE.....	17
1.1 Dispositivo teórico e dispositivo analítico.....	17
1.1.1 Sujeito e Sentido.....	21
1.1.2 Ordem e Organização.....	22
1.2 A cidade, o bairro e os sujeitos.....	23
1.3 Morar, habitar.....	29
1.4 Metodologia e constituição do <i>corpus</i>	31
1.4.1 Textos produzidos em contexto escolar.....	34
1.4.2 Textos jornalísticos.....	35
2 A CIDADE, OS SUJEITOS E OS SENTIDOS.....	37
2.1 Operadores argumentativos: os efeitos de sentido nas regularidades do <i>mas</i> e do <i>só que</i>	40
2.2 Discurso indireto: <i>o outro, o fora</i>	46
2.3 O espaço e os sujeitos: <i>a casa, a escola, a rua e o centro esportivo</i>	48
2.4 O não-verbal: <i>autoria e resistência</i>	51
2.5 Considerações conclusivas.....	55
3 O SUJEITO-MORADOR E O ESPAÇO URBANO NAS PÁGINAS DO JORNAL.....	57
3.1 O jornal local: discurso e mídia de proximidade.....	58
3.1.1 Títulos.....	61
3.1.2 Matérias.....	68
3.1.2.1 Educação.....	68
3.1.2.2 Moradia e Saneamento.....	76

3.1.3	Jornal Região Norte: sujeito-morador e administração pública.....	80
3.2	Projeto Diário nos Bairros: do púlpito ao palco.....	82
3.2.1	A série Diário nos Bairros.....	83
3.2.2	O jornalista e o jornalismo comunitário: a posição do mediador discursivo....	84
3.2.3	Bairro Eldorado: entre a notícia e a crônica.....	90
3.3	O controle da polêmica: o político e o consenso.....	98
CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS.....		99
REFERÊNCIAS.....		102

ANEXOS DIGITAIS

- Grupo 1 de textos: textos produzidos por alunos moradores da Zona Norte
- Grupo 2 de textos: edições digitalizadas da série Diário nos Bairros
- Grupo 3 de textos: edições digitalizadas do jornal Região Norte
- Grupo 4 de textos: edições digitalizadas do jornal Região Norte
- Grupo 5 de textos: edições digitalizadas do jornal Região Norte
- Grupo 6 de textos: Lei complementar 224 de 06/10/2006 – Plano diretor do município de São José do Rio Preto

LISTA DE FIGURAS

	Página
FIGURA 1: Constituição e Formulação.....	20
FIGURA 2: De-superficialização linguística e de-superficialização discursiva.....	32
FIGURA 3: Mapa da cidade de São José do Rio Preto.....	38
FIGURA 4: Detalhe da Zona Norte.....	39
FIGURA 5: Lugares sociais e lugares de dizer na cena enunciativa.....	43
FIGURA 6: Ilustração produzida por aluno.....	52
FIGURA 7. Títulos das matérias do Jornal Região Norte.....	63
FIGURA 8: Matérias relacionadas a Educação no Jornal Região Norte.....	68
FIGURA 9: Matérias relacionadas a moradia e saneamento no Jornal Região Norte.....	76
FIGURA 10: O jornalista como mediador.....	90
FIGURA 11: Discurso do Diário nos Bairros – Primeira fase.....	91
FIGURA 12: Bairro Eldorado – Primeira fase.....	92
FIGURA 13: Bairro Eldorado nas duas fases do Projeto Diário nos Bairros.....	97

RESUMO

Este trabalho dedicou-se à compreensão da constituição dos sentidos de *bairro* e de *sujeito-morador* da Zona Norte de São José do Rio Preto, mobilizando para isso o dispositivo teórico e analítico da Análise de Discurso. O *corpus* foi composto a partir de redações produzidas por alunos moradores da Zona Norte e por recortes de dois jornais (Jornal Região Norte e Diário da Região). Verificamos como eixo organizador a tensão entre *dentro e fora*, *periferia e centro*, *ordem e organização*. Nas redações, os sujeitos-moradores salientam o conflito entre *socius e hostis*, contrapondo em vários momentos a imagem que os de fora têm do bairro, em geral negativa e criminalizante. Opõem-se a esses sentidos em movimentos de resistência, inclusive contra a polícia, num funcionamento que chamamos de *virar do avesso* as relações de sentido no espaço urbano. Já os jornais, assentam-se num desejo de controle da polêmica, com a figura do jornalista atuando na posição de mediador entre a população e o poder público. Os sentidos negativos do espaço urbano vão sendo relativizados até que os problemas do bairro cedam espaço a particularidades. Há, pois, uma sobredeterminação da idealização da organização urbana sobre a ordem na Zona Norte.

Palavras-chave: Análise de Discurso – Bairro – Espaço Urbano – Sujeito-Morador

ABSTRACT

This work was dedicated to the understanding of the meaning constitution of neighborhood and occupant-subject of São José do Rio Preto north region, using the analytic and theoretic aspects of Discourse Analysis. The corpus was composed from writings produced by students living in the north region and newspaper clippings (Jornal Região Norte e Diário da Região). It was verified as the organizer axis the tension between inside and outside, suburb and downtown, order and organization. In the writings, the occupant-subjects highlighted the conflict between socius and hostis, opposing the image that outsiders have of the neighborhood, in general negative and criminalizing. They oppose to these assumptions by means of resistance movements, even against the police, in a reaction the we called "turning inside out" the relationships meanings in the urban space. The newspapers demonstrate a desire to control the polemic, with the journalist acting in a mediator position between the population and the public power. The negative meanings of urban space are minimized until the problems of the neighborhood give space to particularities. There is thus a overdetermination of the idealization of the urban organization in the north region order.

Keywords: Discourse Analysis – Urban Space – Resident Subject – Neighborhood

INTRODUÇÃO

O estudo dos acontecimentos cotidianos, da cidade, em especial, ganhou um significativo espaço no âmbito da Análise de Discurso. Vários trabalhos têm se debruçado sobre a compreensão do espaço urbano do ponto de vista discursivo e os resultados se observam na formação de grupos de pesquisas, em colóquios científicos, em publicações e em projetos temáticos. Observa-se que não só os grandes centros urbanos têm motivado reflexões e investimentos analíticos, mas também cidades menores, como é o caso de São José do Rio Preto, interior de São Paulo.

O Projeto *Palavra, discurso e silêncio: no movimento dos sentidos urbanos* (FAPESP 15205-1, 2009-2010), por exemplo, abriu espaço para discussões acerca da relação entre os sentidos urbanos e a palavra, tomada como palavra-silêncio, isto é, como “horizonte de significação da palavra no discurso” (NUNES, 2009, 2011). No âmbito desse projeto, o urbano, de modo amplo, e a cidade de São José do Rio Preto, de modo restrito, foram tomados como objeto de compreensão por trabalhos que se detiveram na questão da favela/desfavelização (GARCIA, 2010), do bairro (MARTINS, 2010¹) e da mendicância (NUNES, 2011), entre outros.

De acordo com Orlandi (2004, p.11), “Para nossa época, a cidade é uma realidade que se impõe com toda sua força. Nada pode ser pensado sem a cidade como pano de fundo. Todas as determinações que definem um espaço, um sujeito, uma vida cruzam-se no espaço da cidade”.

¹ Resultados na forma de : a. verbetes para a Enciclopédia da Cidade (ENDICI), “construída a partir de uma perspectiva que toma a linguagem como observatório do fenômeno urbano”; b. apresentações nas Jornadas de Trabalho do projeto entre 2009 e 2010, tais como “Os sentidos de bairro na escrita escolar”, “As relações sinônimas na construção do bairro educador” e “O bairro e suas determinações: bairro educador e bairro-escola”.

E quando pensamos a questão do espaço urbano, não o tomamos “como um lugar administrativo, mas como uma configuração administrativa de sentidos sociais e políticos” (LAGAZZI-RODRIGUES; BRITO, 2001, p.51). Além disso, como afirma Orlandi (2010, p. 5), é preciso considerar também os sujeitos que vivem no espaço urbano, os discursos em circulação que “atravessam e significam esses sujeitos e (n)esse espaço”.

A especificidade desse ponto de vista teórico-metodológico, portanto, reside no fato de buscarmos compreender o espaço urbano remetendo-o ao político, ao simbólico, tendo como materialidade a linguagem. A esse respeito, Nunes (2011) afirma que

A questão da linguagem muitas vezes é deixada de lado nas práticas de organização da cidade, com a predominância de um urbanismo tecnicista ou empirista. A introdução das pesquisas discursivas nesse campo faz com que a linguagem seja pensada em seu funcionamento na cidade, e com isso surgem certos objetos e questões de análise, diante da natureza das materialidades discursivas com as quais o analista se depara. Ir para a cidade, nesse sentido, significa estabelecer uma relação entre as ciências da linguagem e o real da cidade, colocando a Análise de Discurso como uma das ciências do urbano.

Em nossas reflexões para este trabalho, tomamos como recorte do espaço urbano o *bairro*, que é por sua vez, um espaço em que o sujeito se constitui e no qual constitui sentidos, é portanto espaço discursivo. Tomamos também a *escola*, entendida como um dos lugares em que a “forma-sujeito-histórica que é a nossa (a capitalista, de um sujeito com direitos e deveres) se configura como forma sujeito urbana” (ORLANDI, 2004, p.152).

Dito isso, com relação aos objetivos que norteiam esta tese, eles se concentram na questão da constituição do sujeito enquanto *sujeito-morador* de alguns bairros da Zona Norte da cidade de São José do Rio Preto, de um lado, e, de outro, nos sentidos produzidos para *bairro*, tendo em vista que “sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo” (PÊCHEUX, 1997b).

Tal recorte do espaço urbano e dos objetivos deve-se ao fato de a cidade de São José do Rio Preto, assim como várias cidades brasileiras, ser dividida administrativamente, politicamente, simbolicamente em regiões, áreas ou *zonas*. Essa divisão acaba tendo como consequência uma separação entre as partes da cidade: o centro e a periferia, a zona sul e a norte, as áreas em que se verifica maior disponibilidade de infra-estrutura e investimento político-administrativo e as áreas em que isso falta ou falha. Assim como em outras cidades, a zona periférica “é pensada como a borda, o limite entre o fora e o dentro. Estar na periferia é estar distante, na coincidência entre a distância espacialmente considerada e a distância politicamente imposta.” (LAGAZZI-RODRIGUES; BRITO, 2001).

No caso da Zona Norte de São José do Rio Preto, percebíamos por meio da mídia uma separação, um distanciamento com relação ao centro e à Zona Sul, reservando-se à Zona Norte a posição de reduto de criminalidade, de tráfico, de discriminação social. Isso nos remeteu à relação entre *socius* e *hostis*, à tensão entre o *dentro* e o *fora* e quais os efeitos desses sentidos atravessando os sujeitos-moradores. Um exemplo desses sentidos em circulação pode ser observado na edição de 13/09/2006 do jornal *Diário da Região*, que apresenta a Vila União, localizada na Zona Norte:

VILA UNIÃO LUTA CONTRA O PRECONCEITO

Moradores do bairro da zona norte têm dificuldade de arrumar emprego simplesmente por morar na Vila União; saída é mentir ou lutar por reconhecimento.

A fama da Vila União a precede. Um dos menores bairros da zona norte, palco de alguns homicídios e prisões por tráfico de drogas, tenta atualmente reverter a imagem negativa deixada pela criminalidade. Moradores têm receio de dizer onde moram, principalmente se a ocasião da pergunta for uma entrevista para uma vaga de trabalho. A doméstica Marcela Aparecida Leopoldina de Carvalho, 30 anos, conta que é só falar que mora na Vila União para ouvir como resposta exclamações preconceituosas, como “Deus me livre morar naquele bairro”. O preconceito, segundo os moradores, acompanha o bairro desde a criação, em meados dos anos 1980. Em uma faixa de terra que divide o Solo Sagrado e o Eldorado foram construídas 111 casas para abrigar famílias que deixaram a favela Gogó do Sapo. A Vila União parece não existir aos olhos dos próprios moradores. Eles sabem da rejeição, sofrem com isso, mas preferem, mesmo assim, dizer que moram em bairros vizinhos. ‘Já ouvi gente daqui falar que mora no Eldorado, no Solo Sagrado’, afirma a dona de casa Amélia Luiza Amado, 43 anos.

Esse discurso foi produzido em um momento em que a prefeitura buscava a *urbanização* de toda a cidade, por meio de projetos que visam, em particular, a zona norte (a própria Vila União é resultado de um processo de *urbanização* de uma antiga favela da cidade). Ao mesmo tempo, a imprensa também tem falado bastante sobre os bairros que compõem a Zona Norte ao noticiar roubos, assassinatos, tráfico de entorpecentes, contribuindo para construir essa imagem identificada pelos próprios moradores como ruim, negativa. Quando se diz que *a zona norte é violenta* ou que *a violência está na zona norte*, se faz uma separação e uma *higienização* do restante da cidade: o que fica de fora da zona norte é o urbanizado, o não violento, o saneado.

Da perspectiva em que nos situamos, questionamos os sentidos de *urbanizado*. Segundo Orlandi (2004, p.34), tem havido uma sobreposição do urbano sobre a cidade, de forma que “o discurso do urbano silencia o real da cidade (e o social que o acompanha)” por meio de um movimento de generalização do discurso urbanista.

Podemos perceber por meio de algumas marcas (“Deus me livre morar naquele bairro”) que o sentido do referido bairro é construído pela formação imaginária do preconceito, da negação, da rejeição do espaço. Por conseguinte, os sujeitos moradores também passam a ser constituídos no interior dessa formação imaginária e sofrem rejeição da sociedade ao tentar conseguir um emprego. Ao mesmo tempo em que os sentidos desse bairro são assim constituídos, os sujeitos também o são.

Também podemos notar os sujeitos se reinscreverem em uma outra discursividade ao dizerem que moram em outros bairros (“Já ouvi gente daqui falar que mora no Eldorado, no Solo Sagrado”), para apagar, silenciar a existência do próprio bairro (“A Vila União parece não existir aos olhos dos próprios moradores”).

Esse bairro passou por um processo de urbanização, deixando de ser *favela* para ser *bairro*. Mas a memória de favela continua fazendo sentido, ressoando. *Os de fora* do

bairro continuam vendo-o como favela, a partir de uma posição que a identifica como ruim, negativa, violenta. *Os de dentro* do bairro silenciam a existência do bairro e da favela por estarem afetados por esse imaginário.

Segundo Guimarães (2004, p.165), “Quando pensamos espaços na cidade, os nomes que os designam não só ocupam lugar neste espaço social, ou nele circulam, como lhe dão sentidos, identificam estes lugares. E nesta medida constroem de algum modo a geografia urbana. Identificam-na”. No recorte acima apresentado, vemos que o nome *Vila União*, embora acione toda uma memória positiva, identifica um bairro em que não há união dos moradores na *luta* contra a imagem negativa do bairro. A mesma contradição entre o nome do bairro e a identificação e constituição dos sujeitos e dos sentidos do bairro ocorre no *Parque da Cidadania*, em que há relatos de que os sujeitos também não conseguem emprego quando se apresentam como moradores desse bairro. Qual o sentido de *cidadania* ou de *união*?

Afetados por essas questões, organizamos nosso *corpus* a partir de materiais coletados em uma escola municipal situada em um bairro da Zona Norte (E.M. Darcy Ribeiro, Jardim Santo Antônio) e reportagens. Os primeiros materiais consistem em textos produzidos em contexto escolar a partir de uma proposta pré-determinada que levou os sujeitos-moradores a discorrer sobre o bairro, a casa, a escola, a Zona Norte. Por meio do trabalho com o material, verificamos em que bairros vivem os alunos da escola Darcy Ribeiro. No caso, são todos bairros pertencentes à Zona Norte, como Santo Antônio, Jardim Nunes, Eldorado, Jardim São José do Rio Preto e Jardim Arroyo. Já as reportagens pertencem a dois jornais em circulação na cidade: i. *Diário da Região*, de circulação regional e que publicou entre 2005 e 2007 uma série de reportagens especiais intituladas *Diário nos bairros*; ii. *Região Norte*, de circulação municipal e que se propõe a tratar de assuntos de interesse da Zona Norte da cidade.

A diversidade do *corpus* procura abarcar a diversidade de discursos que atravessam a constituição dos sujeitos e dos sentidos para bairro, sem, contudo, vislumbrar a exaustividade. Ao final das análises, os resultados serão confrontados com o objetivo de compreender o referido processo de constituição.

Seguem, na sequência, os pressupostos teóricos que embasam nosso trabalho de pesquisa. Nessa parte, visamos à apresentação dos pontos principais da teoria divididos em dispositivo teórico e dispositivo analítico, e das condições de produção.

No capítulo II, apresentamos a análise do *corpus* de redações dos alunos em que destacamos o funcionamento da *alteridade* bem como o desejo dos sujeitos-moradores resignificarem o espaço urbano em que habitam tendo em vista a memória que circula sobre os bairros da Zona Norte.

Os jornais Região Norte e Diário da Região, ambos de São José do Rio Preto, são analisados no capítulo III deste trabalho. Enfatizamos o funcionamento da mídia apagando o político e dissipando tensões em função do discurso administrativo sobre o espaço urbano, construindo uma imagem consensual da Zona Norte, no Jornal Região Norte.

Já no jornal Diário da Região, a imagem que se constrói do espaço urbano e dos sujeitos-moradores é afetada por uma contradição. Ora o espaço é problemático; ora ele é pitoresco. Ora os sujeitos são cidadãos que querem ser ouvidos, mas que não têm espaço simbólico para tal, até a intervenção do jornal; ora são os protagonistas de crônicas sobre o bairro.

Ao final, os resultados são contrapostos e as regularidades ressaltadas.

1 ANÁLISE DE DISCURSO E CIDADE

*“Os sentidos não são sentidos fora da sociedade e da história”
(ORLANDI, 2006).*

Neste capítulo, apresentamos brevemente os pressupostos teóricos nos quais nos baseamos na elaboração da tese. Nossas reflexões se inserem no arcabouço teórico-metodológico da Análise de Discurso, tal como trabalhada por Pêcheux (1990, 1993, 1997) e no Brasil por Orlandi (2001, 2002a, 2004, 2005), Nunes (1994, 1999, 2001, 2008, 2010, 2011), Lagazzi (1998, 1999), Payer (2006), Rodríguez-Alcalá (2002, 2004), Mariani (2003, 2007), Pfeiffer (1997, 2004), entre outros. Sendo assim, iniciaremos pela exposição do dispositivo teórico e do analítico, em seguida, nos deteremos na especificidade que constitui nosso trabalho: a relação cidade/bairro/sujeito, ou seja, a busca pela compreensão dos processos de constituição do sujeito-morador de alguns bairros da Zona Norte e do sentido de bairro. Por fim, passaremos à apresentação da metodologia e da constituição do *corpus*.

1.1 Dispositivo teórico e dispositivo analítico

A partir dos apontamentos teórico-reflexivos de Orlandi (2001, 2002a, 2005), podem-se compreender os desenvolvimentos da Análise de Discurso no Brasil. De acordo com a autora, a despeito do que se poderia crer, não temos uma “Escola” de Análise de Discurso Brasileira, justamente porque, do seu ponto de vista, sobre a forma material “escola” incidem discursividades tais como “homogeneidade”, “estabilidade”, “convivência disciplinar” (ORLANDI, 2005, p.84) que não se aplicam necessariamente ao desenrolar científico da

Análise de Discurso no Brasil. Em detrimento do termo “escola”, portanto, a autora propõe “filiação”, “relações intelectuais”, “tradições localizadas” (idem, p.85).

O que precede nos serve de apoio para reafirmarmos o caráter específico da Análise de Discurso Brasileira em relação à Análise de Discurso praticada no contexto europeu e à praticada em contexto norte-americano. Isso para então situarmos entre as contribuições teóricas de Orlandi a de dispositivo analítico.

Em “A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil” (2005), Orlandi pontua a posição da tradição brasileira de Análise de Discurso frente à americana e à européia. A autora ressalta que “aqui” (Brasil) a história da Análise de Discurso é marcada não por uma “recepção” de ideias de um autor fundador proveniente de “lá” (Europa), nem tampouco seria o caso de uma mera “influência”. O que há é uma relação entre interlocutores, pois há uma “leitura” e não uma “recepção” dos textos fundadores da disciplina. É preciso dizer que esse posicionamento é uma marca característica da autora de opor-se, reflexiva e teoricamente, a discursos que tendem ao colonialismo, colocando o Brasil à margem de qualquer produção intelectual, científica.

Pois bem, essa “leitura” relaciona-se ao fato, e mesmo ao ato, de provocar deslocamentos significativos teoricamente que fazem com que a disciplina avance de modo próprio em condições de produção próprias. E uma marca desse movimento são alguns conceitos com os quais operamos em Análise de Discurso, tais como a distinção entre dispositivo teórico e dispositivo analítico (ORLANDI, 2001, p.39; 2002a, p.61; 2005, p.86).

O dispositivo teórico corresponde à teoria específica da Análise de Discurso, enquanto que o dispositivo analítico corresponde a um gesto do sujeito, não mais na posição de mero leitor, mas de analista, de cientista, que particulariza a teoria a partir das questões que ele coloca de acordo com os materiais de análise que constituem seu *corpus*. Segundo a autora (2005, p.86), o dispositivo analítico “se abre para as diferentes teorias ligadas ao campo de

questões assumido pelo analista, seja ele lingüista, historiador, cientista social, fonoaudiólogo etc”.

Com relação, especificamente ao dispositivo teórico, ressaltaremos o que se entende por *discurso*, por *condições de produção* e por *constituição*.

A Análise de Discurso considera que a linguagem seja a mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. “Essa mediação, que é o *discurso*, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana” (ORLANDI, 2002a, p.15). Ainda para a autora, “na Análise de Discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (idem, p.15).

Com esse gesto, a Análise de Discurso distingue-se de teorias anteriores que postulavam uma comunicação linear que teria como objetivo a transmissão de informação. Propõe, ao contrário, que se pense não uma *transmissão*, mas

efeitos de sentido entre locutores. Efeitos que resultam da relação de sujeitos simbólicos que participam do discurso, dentro de circunstâncias dadas. Os efeitos se dão porque são sujeitos dentro de certas circunstâncias e afetados pelas suas memórias discursivas. (ORLANDI, 2006, p.15).

Outro deslocamento fundador da Análise de Discurso é recolocar em questão para a análise linguística a situação, que junto com o sujeito tinham sido postos de lado pelos fundamentos saussurianos. Porém, a situação é sempre pensada discursivamente, nunca como uma exterioridade que se sobrepõe ao discurso, ao sujeito, aos sentidos. Ela é pensada dentro das *condições de produção*.

As condições de produção, portanto, dizem respeito aos sujeitos e à situação, e podem ser pensadas em sentido estrito e em sentido mais amplo. Quando pensamos as circunstâncias da enunciação, “o aqui e o agora do dizer” (idem, p.15), estamos nos

remetendo às condições de produção em sentido estrito. Já no seu sentido amplo, elas apontarão para o contexto sócio-histórico, ideológico.

Com relação à noção de *constituição*, central em nosso trabalho, é definida por Orlandi (2001, 2002a) em termos da distinção entre os eixos da constituição (vertical) e da formulação (horizontal):

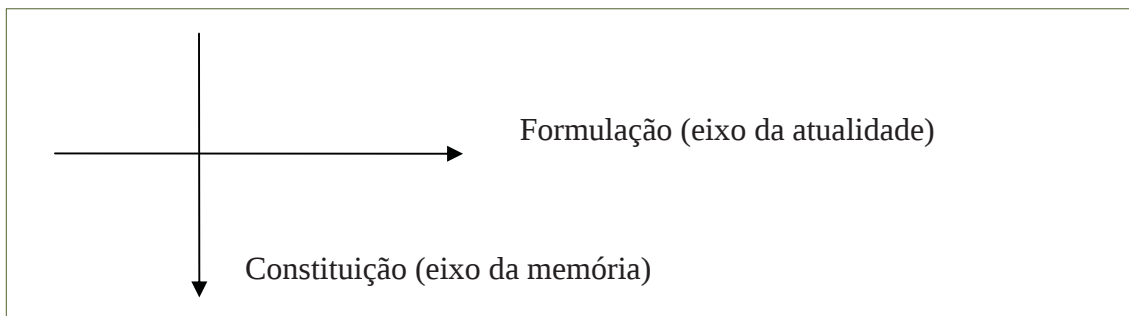


Figura 1: Constituição e Formulação

Assim, temos que todo dizer (formulação) se realiza num determinado ponto em que “(se) atravessa o (do) interdiscurso (constituição)” (ORLANDI, 2001, p.11). As formulações são consideradas uma “posição privilegiada como posto de escuta, de entrada no modo de constituição do sujeito, no sentido e na história” (ORLANDI, 2001, p.15).

A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos. (ORLANDI, 2002a, p. 33)

Sendo que o interdiscurso é “todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”, enquanto que o intradiscurso é “aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas” (ORLANDI, 2002a, p.33).

O interdiscurso, a memória discursiva, torna possível cada tomada de palavra, “disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva

dada” (idem, p.31). Em nosso caso, os dizeres que afirmam a criminalidade, a violência e as drogas como pertencentes à Zona Norte da cidade de São José do Rio Preto significam, têm um efeito sobre os textos produzidos em contexto escolar, ou sobre as reportagens.

Dito isso, gostaríamos de ressaltar os principais conceitos que compõem nosso dispositivo analítico.

1.1.1 Sujeito e Sentido

Nas bases do que propôs Pêcheux (1997b, p.131), não consideramos o sujeito como um *a priori*, como um “sempre-já-dado”. Sendo que o mesmo se passa com o sentido. Eles se constituem no discurso. Dessa forma, ao trabalhar com a Análise de Discurso, nos distanciamos de posições teóricas para as quais o sujeito seria tomado como fonte, origem dos sentidos. Trabalhamos com um sujeito sendo determinado pela ideologia e pelo inconsciente.

Essa forma de tratar o sujeito implica tomá-lo como resultado da interpelação do indivíduo em sujeito, do que resulta uma forma-sujeito histórica. Segundo Orlandi (2001, p.104), a forma-sujeito histórica sofre ainda um processo de individualização pelo Estado que constitui, assim, o Indivíduo Social (em detrimento do indivíduo bio e psico). Atualmente, temos uma forma-sujeito histórica diferente da medieval (produzida sob o domínio da instituição religiosa e por um sistema econômico-político feudal). Trabalhamos com a forma-sujeito histórica capitalista.

O sujeito moderno é ao mesmo tempo livre e submisso, determinado pela exterioridade e determinador do que diz: essa é a condição de sua responsabilidade (sujeito jurídico, sujeito a direitos e deveres) e de sua coerência (não-contradição) que lhe garantem, em conjunto, sua impressão de unidade e controle de sua vontade, não só dos outros mas até de si mesmo, bastando para isso ter poder ou consciência. Essa é sua ilusão. O que chamamos ilusão subjetiva do sujeito e que se acompanha da ilusão referencial (sobre a evidência do sentido) (ORLANDI, 2006, p.20)

Dito isso, ressaltamos que tomaremos os sujeitos dos bairros pesquisados da Zona Norte enquanto individualizados pelo Estado através de suas instituições como alunos, como moradores e como cidadãos.

Ainda sobre o papel do Estado, podemos notar que suas instituições (escola, família, igreja, associações, fábricas, etc.) constituem, entre outras coisas, as “comunidades de fato” (ORLANDI, 2006, p.22) dos sujeitos. Mas em alguns momentos essas comunidades de fato não são suficientes para que o sujeito tenha a sensação de pertencimento, de “corpo social sólido”, é então que se estabelecem as “comunidades segundas”: “grupos em que cada um pode desempenhar seu desejo de reconhecimento como o reconhecimento de seu desejo e de seu ser. As pessoas têm assim a impressão de fazer parte de um grupo, de um corpo compacto que possui a liturgia e seus rituais comoventes em que a morte não entra” (idem).

Em nossa pesquisa, vemos uma marca desse processo em um enunciado típico da Zona Norte da cidade, que aparece inscrito em paredes, muros, viadutos, placas, bonés, redações e até mesmo em tatuagens: “sou Zona Norte”. Note-se que a própria formulação é significativa do modo de colocar-se como *parte* do corpo, não apenas como *pertencente* ao corpo social. Esse ponto será devidamente retomado ao longo das análises.

1.1.2 Ordem e Organização

Em suas reflexões sobre o discurso do/sobre o urbano, Orlandi (2004, p.35) tem trabalhado a distinção entre ordem e organização. Discursos como os da imprensa e da administração pública tendem a organizar a cidade, por exemplo, em bairros, regiões, zonas e ao fazerem-no vão constituindo determinados sentidos não só para o espaço público, mas também para os sujeitos-moradores. Orlandi (idem, p.81) já alerta: “Observe-se como se significam e são significadas as pessoas segundo vivam em bairros ricos (com seus

equipamentos públicos de qualidade) e os bairros pobres (sem condições, com esgoto correndo a céu aberto etc)”.

Para a autora (idem, p.35), a organização reflete uma verticalização das relações sociais na cidade, que por sua vez hierarquiza o espaço social, “urbaniza” a cidade “separando regiões, determinando fronteiras que nem sempre são da ordem do visível concreto mas funcionam no imaginário sensível. Segregação”. Compreender esse movimento entre ordem e organização passa por

ultrapassar a *organização* do discurso urbano para atingir a compreensão da ordem do discurso urbano, isto é, procurar entender como o simbólico confrontando-se com o político configura sentidos para/na cidade e não ficar apenas na organização do discurso urbano que nos relega ao imaginário, às ilusões (eficazes) da urbanidade. (ORLANDI, 2004, p.35)

Se, por um lado, há a construção de muros de tijolos e concreto que separam condomínios, bolsões, etc., por outro, há também muros simbólicos que podem igualmente separar regiões. Essa barreira imaginária deixa de um lado o *socius* e de outro o *hostis*. Veremos, por exemplo, que ao significar a Zona Norte como espaço de maior concentração de criminalidade da cidade, a mídia rotula, segrega, separa.

1.2 A cidade, o bairro e os sujeitos

Como é sabido, várias áreas de conhecimento se interessam pela cidade: arquitetura, urbanismo, direito, história, engenharia, geografia, etc. Nosso recorte se dá, diferentemente, pela Análise de Discurso, ou seja, nossa escolha teórico-metodológica procura compreender a cidade discursivamente, refletindo sobre o sujeito e sobre os sentidos historicamente constituídos, considerando a memória, as condições de produção, a linguagem

como mediadora necessária entre o homem e a realidade natural e social. Orlandi (2004, p.81)

já lança a questão, à qual ela mesma responde:

Por que “cidade”? Porque, na modernidade, como temos afirmado, a noção de cidade é central, trazendo com ela um conjunto de reflexões que interrogam a própria noção de “humanidade” e de “sociabilidade”. Leva-os a refletir sobre o que somos enquanto seres simbólicos e histórico-sociais.

No livro *Cidade dos Sentidos*, Orlandi (2004) busca construir uma definição para cidade. A autora recorre a outros estudiosos que empreenderam a mesma tarefa², e a partir de suas reflexões, a autora aponta a cidade como “lugar não vazio mas em que sujeitos vivem, em quantidade e em concentração e divergência” (idem, p.14). Mais adiante, a autora complementa: “espaço material concreto funcionando como sítio de significação que requer gestos de interpretação particulares. Um espaço simbólico trabalhado na/pela história, um espaço de sujeitos e de significantes” (idem, p.32). Veja que estão em relação espaço/história/sujeitos/significantes, elementos básicos constitutivos do recorte teórico-metodológico operado pela Análise de Discurso.

Pois bem, embora nosso recorte teórico-metodológico seja o da Análise de Discurso, não deixamos de observar as reflexões de outras áreas de saber quando elas podem trazer contribuições. É o caso, por exemplo, do trabalho de Raquel Rolnik (2004)³. A autora apresenta um estudo sobre a natureza, a origem e a transformação do fenômeno urbano. Primeiramente, ela trata de definir o que é cidade, para tanto lança mão das seguintes metáforas: *cidade-ímã* (“atrai, reúne e concentra os homens” (p.12)), *cidade-escrita* (“as formas e tipologias arquitetônicas, desde quando se definiram enquanto hábitat permanente, podem ser lidas e decifradas, como se lê e decifra um texto” (p.17)), *cidade-política* (em duas

² L. Wirth, O urbanismo como forma de vida. In *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

M. Weber, Conceito e categorias de cidade. In *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

³ Arquiteta (USP), doutora em História Urbana (New York University), autora de *O que é cidade* (2004), uma das responsáveis pelo Estatuto da Cidade (lei 10.257 de 10/07/2001) e relatora especial da ONU para o direito à moradia (desde maio/2008).

dimensões distintas: “exercício de dominação da autoridade político-administrativa sobre o conjunto dos moradores” e “luta cotidiana pela apropriação do espaço urbano” (p.24)) e *cidade-mercado* (“a cidade, ao aglomerar num espaço limitado uma numerosa população, cria o mercado. E assim se estabelece não apenas a divisão de trabalho entre campo e cidade [...] mas também uma especialização do trabalho no interior da cidade” (p.26)).

Na sequência, a autora passa a discorrer sobre a cidade capitalista traçando um paralelo com a medieval a partir de suas formas político-econômicas e de organização. Em linhas gerais, ela conclui que marcam a cidade capitalista as relações de mercado e a arquitetura de isolamento⁴. Analisando o papel do Estado, ela afirma que sua forma de atuação dá-se através de planos e intervenções projetadas e calculadas, ou seja, planejamento urbano. Esse ideal remonta, segundo Rolnik (p.55), dos planos racionais de Thomas Morus (séc. XVI) e de pensadores utópicos, cujos temas podem ser encontrados atualmente em planejamentos urbanos: 1. leitura mecânica da cidade (circulação de fluxos); 2. ordenação matemática da cidade (regularidade e repetição); 3. uma cidade planejada é uma cidade sem males; 4. o Estado pode controlar a cidade através do esquadramento dos espaços urbanos.

Podemos perceber nesses ideais a presença do desejo pela organização do espaço urbano, inclusive como garantia de segurança e higienização na construção mesma da cidade utópica. Orlandi (2004, p.14-15) menciona, no caso do Brasil, a organização que o espaço público sofreu após a República na tentativa de “civilizar o país” frente à desordem causada pela abolição e pelas migrações e imigrações, a exemplo do que já se havia operado na Europa com vistas à “aeração, circulação, lazer, monumentalidade e controle sócio-político”. Atualmente, esse movimento pode ser verificado, por exemplo, nos planos diretores das cidades, principalmente após o Estatuto da Cidade (2001), que em alguns casos objetivam

⁴ “a vida social burguesa se retira da rua para se organizar à parte, em um meio homogêneo de famílias iguais a ela. (...) o espaço público deixa de ser a rua – lugar das festas religiosas e cortejos que engloba a maior variedade possível de cidades e condições sociais – e passa a ser a sala de visitas, ou o sala”. (ROLNIK, 2004, p.49)

*o desfavelamento, a reurbanização, a revitalização de espaços públicos*⁵. É o que ocorre com certos bairros da Zona Norte da cidade São José do Rio Preto, tais como a Vila União e o Parque da Cidadania.

A questão do esquadramento dos espaços nos remete às observações de Lippe (2005) sobre a geometrização do homem. O autor aponta a geometrização como mais uma marca do séc. XVI na Europa. Esclarece que o termo “é empregado com referência não aos elementos, mas à organização das estruturas. No plano das estruturas, é atribuído às formas geométricas o estatuto e a função universal de um modelo organizador” (idem, p.129). Segundo ele, ela implicou mudanças nas atitudes, nos movimentos, na percepção do mundo e de si. E certamente está presente nos planos organizadores dos espaços urbanos ao se pensar, por exemplo, em grandes avenidas (Champs Elisés (Paris), Central (Rio de Janeiro) ou Paulista (São Paulo)), em cidades projetadas (Brasília), na estruturação de bairros, zonas, regiões, condomínios e de residências. O fato é que ao dividir, esquadrihar, geometrizar o espaço atinge-se os sujeitos que passam a organizar suas práticas de acordo com a organização que se sobrepõe à ordem da cidade.

Voltando às palavras de Rolnik (2004) sobre a dominância do mercado e a arquitetura de isolamento, isso nos interessa à medida que faz eco ao que dizem Lewkowicz, I.; Cantarelli, M.; Grupo Doze (2006) e Orlandi (2004, 2007) sobre o papel do Estado e sobre os bolsões e fechamentos, ligando-os também ao acontecimento do capitalismo. Lembrando que enquanto forma-sujeito histórica trabalhamos com o sujeito capitalista, de direitos e deveres.

Lewkowicz, I.; Cantarelli, M.; Grupo Doze (2006, p. 48) refletem sobre o esgotamento do Estado enquanto pan-instituição doadora de sentido dando lugar ao Mercado. Como consequência, há o desvanecimento dos laços sociais e o Estado passa a funcionar aos

⁵ Em Garcia (2010) encontra-se uma análise discursiva do processo de desfavelamento em São José do Rio Preto.

moldes de uma máquina técnico-administrativa. Diante de um novo modelo de relação simbólica, pautado pelo imediatismo, o sujeito necessita construir espaços para se inscrever. Precisa *habitar*. Precisa “transformar um fragmento uma situação”. E *situação* é a “produção de um espaço e de um tempo em um meio sem marcas socialmente instituídas”, bem como a “criação da subjetividade capaz de habitar esse espaço e esse tempo.” Essas reflexões apontam para uma fragmentação dos sentidos, das relações, das instituições que deve ser transformada em uma subjetividade situacional.

Contudo, Orlandi (2004) argumenta que, no caso do Brasil, o Estado funciona sim, mas pela falta e afetado pelas sociedades de mercado. Em decorrência, há a produção do sem-sentido. E na falta do Estado, e consequentemente na insuficiência de poder simbolizar-se em suas instituições (escola, família, nação, etc.), o sujeito escolhe fazer parte das comunidades segundas, das quais já falamos por ocasião da alusão ao enunciado “Sou Zona Norte” e suas implicações.

Sobre os bolsões e fechamentos, que têm relação com a segregação e com a arquitetura do isolamento, Orlandi (2004, p.91) é direta:

O fechamento de espaços recortando a cidade, retraçando seus percursos, redesenhando divisões, refazendo limites entre o público e o privado, separando de forma acintosa pobres e ricos, produzindo, de um lado, nichos, e, de outro, corredores, se faz de modo irrefletido oscilando entre modismo, paranóia e especulação imobiliária. Nada com que se espantar: o capitalismo só está aí se significando como “sabe” significar. Desde que se configure a menor possibilidade, as diferenças sociais e econômicas se manifestam violentamente e a divisão social se sobrepõe ostensivamente à materialidade da divisão do espaço urbano, espaço público.

E, como já dissemos: 1. as divisões e esquadrinhamentos do espaço urbano afetam o sujeito-morador; 2. os divisores simbólicos segregam tanto quanto os de concreto. Isso pode ser observado em nosso caso quando nos detemos nos textos produzidos pelos alunos em que salientam a visão do outro sobre eles e sobre seus bairros e no movimento constante desses sujeitos de tentarem ressignificar seus bairros e, por extensão, a si próprios.

Com relação à conceituação de bairro, discursivamente, é um espaço em que o sujeito se constitui e constitui sentidos, é espaço discursivo. Lembrando que nessa perspectiva teórica o sujeito não ocupa a posição de origem dos sentidos, mas que ele, sujeito, e sentido se constituem ao mesmo tempo. Isso vem reforçar o efeito dos sentidos de bairro para seus moradores, no sentido de que o laço social estabelecido no/com o bairro é fortemente constitutivo das identidades dos sujeitos, de modo que falar do bairro é também falar do sujeito.

Mayol⁶ (2000, p.40) também se interessou pelo bairro, do ponto de vista da antropologia:

A prática do bairro é desde a infância uma técnica do reconhecimento do espaço enquanto social. (...) Assinatura que atesta uma origem, o bairro se inscreve na história do sujeito como a marca de uma pertença indelével na medida em que é a configuração primeira, o arquétipo de todo processo de apropriação do espaço como lugar da vida cotidiana pública.

Além disso, segundo o mesmo autor, o bairro é “o lugar onde se manifesta um ‘engajamento’ social ou, noutros termos: uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição” (idem, p.39). Embora em *Análise de Discurso* não trabalhem com o “indelével” nem tampouco com os “arquétipos”, e sim com as singularidades, com os esquecimentos, o trabalho de Mayol é relevante por olhar para a história do sujeito relacionado ao espaço e aos demais sujeitos.

⁶ Pierre Mayol é especializado em antropologia urbana e sociologia da cultura, autor do capítulo “O Bairro” da obra *A invenção do cotidiano. 2. Morar, cozinhar*; Michel de Certeau; Luce Giard; Pierre Mayol. Petrópolis: Vozes, 2000.

1.3 Morar, habitar

A expressão “sujeito-morador” tem sido empregada ao longo deste trabalho. Mas, o que seria esse “sujeito-morador”? A construção da expressão é atravessada pelo questionamento dos sentidos de morar e de habitar, no sentido de definir esse sujeito que é individualizado pela sua condição de morador de *um espaço no espaço* da cidade. Discursivamente, o espaço é entendido como “lugar atravessado pela memória, atravessado por um conjunto de gestos de interpretação, é onde o sujeito se inscreve historicamente, tomando sentidos” (PFEIFFER, 2004, p.173).

Recorrendo a áreas afins, como a antropologia, temos que no tomo 2 de *A invenção do cotidiano*, Mayol, De Certeau e Giard concentram-se nas questões do *morar*. Mayol detém-se no contexto do bairro Croix-Rousse (Lyon, França). Em seu texto, o autor trata do *morar* tocando as questões da convivência, do consumo, da postura do corpo, da inserção no ambiente social e dos benefícios simbólicos:

Aquilo que o usuário ganha quando sabe “possuir” direito o seu bairro não é contabilizável, nem se pode jogar numa troca necessariamente de uma relação de forças: o adquirido trazido pelo costume não é senão a melhoria da “maneira de fazer”, de passear, de fazer compras, pela qual o usuário pode verificar sem cessar a intensidade da sua inserção no ambiente social (MAYOL, 2000, p. 45)

Veja que o autor emprega a forma “usuário” para referir-se aos sujeitos que “possuem” o bairro, numa interpretação do bairro como *objeto de consumo simbólico*, cuja prática é determinada por posturas e costumes, regada pelos benefícios simbólicos. Ainda nas palavras de Mayol: “O bairro é, por conseguinte, no sentido forte do termo, um objeto de consumo do qual se apropria o usuário no modo da privatização do espaço público”.

De nosso ponto de vista teórico, consideramos que o sujeito se constitua enquanto sujeito *no espaço* e que ao fazê-lo também constitui esse espaço de determinada

forma. Essa forma de realização da dupla constituição se dá determinada por um conjunto de memórias discursivas que atuam sobre as práticas, sobre as formulações dos sujeitos.

De uma outra perspectiva, Lewkowicz; Cantarelli; Grupo Doze (2006), em suas reflexões sobre o esgotamento do Estado como pan-instituição doadora de sentidos, propõem o *habitar* como uma nova estratégia de subjetivação da contemporaneidade, como dito acima. Sua tese é que esse esgotamento tem como produto a fragmentação e que ela deve ser transformada em situação: “a produção de uma demarcação.”, (idem, p. 48) através de práticas de subjetivação, entre elas, o *habitar*:

o habitar não consiste na ocupação de um lugar em um sistema de lugares – o que seria próprio da meta-instituição estatal. Ao contrário, consiste na determinação desse espaço e desse tempo. Nesse sentido, o ponto de partida de um habitante não são os lugares instituídos e sim os fragmentos destituídos. Justamente por isso, habitar um espaço se faz determinando-o. E para determiná-lo é preciso construí-lo. Deste modo, habitar – em condições de fluidez – é sinônimo de construir (idem, p.50).

Ser habitante, portanto, ultrapassa o nível da ocupação de um espaço entre outros. Está no nível simbólico da apropriação e construção subjetiva de *um* espaço *entre* outros.

Diante disso e da posição defendida por Orlandi (2007), segundo a qual no caso do Brasil temos um Estado funcionando pela falta e não em esgotamento total sendo substituído pelo Mercado, questionamo-nos se temos um exemplo de *habitar*, no sentido definido por Lewkowics; Cantarelli; Grupo Doze (2006). Ou seja, se há a construção de uma situação em meio a uma fragmentação. Como índice, podemos lembrar o fato dos sujeitos de identificarem de tal modo com seus pares moradores do mesmo bairro a ponto de inscreverem no próprio corpo a marca “ZN” (para Zona Norte) e com isso se destacarem nos demais espaços da cidade. Destacarem-se em meio à segregação.

1.4 Metodologia e constituição do *corpus*

Expostos os dispositivos teórico e analítico, passemos à explicitação da constituição do *corpus* discursivo e da metodologia empregada, ambas em consonância com o aparato teórico-analítico da Análise de Discurso.

Diferentemente de outras áreas de pesquisa, em Análise de Discurso a delimitação do *corpus* apenas se dá com a própria análise, por uma característica do próprio método, ou seja, o trabalho com o material de análise, com as condições de produção, com a teoria é que delimita o *corpus*. Trabalhamos com uma análise em espiral: da teoria ao *corpus*, dele à teoria, e assim sucessivamente.

Decorre do que precede, que o *corpus*, em Análise de Discurso, é entendido como “um recorte dos dados, determinado pelas condições de produção, considerando-se um certo objetivo e os princípios teóricos e metodológicos que, orientando toda a análise, possibilitarão uma leitura não-subjetiva dos dados” (LAGAZZI, 1988, p.59).

Trabalhamos, portanto, com a noção de *recorte*. Segundo Orlandi (2002, p. 62), “todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro. Não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes”.

Em suma, a Análise de Discurso busca colocar em evidência os traços dos processos discursivos, já que esses processos estão na origem da produção dos efeitos de sentido, constituindo-se a língua como o lugar material onde se realizam esses efeitos de sentido (PÊCHEUX; FUCHS, 1975).

Pêcheux e Fuchs (1975, p.180-181) apontam que o trabalho de análise se inicia pela superfície linguística, passa pelo objeto discursivo e visa alcançar o processo discursivo

através de operações de dessuperficialização linguística e de dessuperficialização discursiva.

Dessa forma, temos:

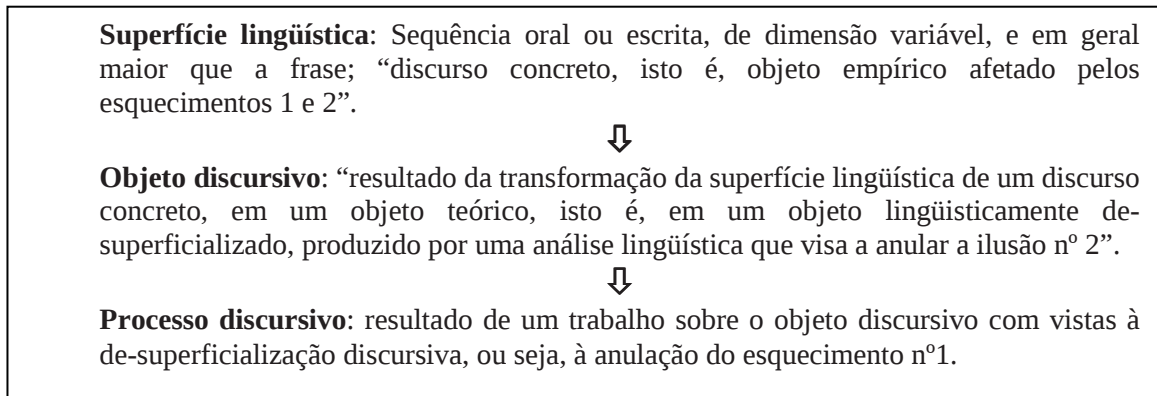


Figura 2: Dessuperficialização linguística e dessuperficialização discursiva

Lagazzi (1988, p.53) explica esses passos da seguinte maneira:

Pela desintagmatização linguística, trabalhamos com as famílias parafrásticas, explicitando relações entre o *dito* e o *não-dito*, lidando com as relações de intertextualidade, enunciação e outras, tudo ao nível do formulável. A desintagmatização discursiva permite-nos chegar à *formação discursiva* (F.D.), que domina o texto e à relação dessa formação discursiva dominante com outras formações discursivas que aí se entrecruzam. Através da(s) formação(ões) discursiva(s) atingimos a(s) formação(ões) ideológica(s), uma vez que esta(s) é(são) representada(s), no discurso, pela(s) formação(ões) discursiva(s) que lhe(s) corresponde(m).

Vale ressaltar que essa separação entre dessintagmatização/ dessuperficialização discursiva e linguística não são estanques e discretas. No processo analítico elas se dão conjuntamente. Quando analisamos as parafrases “já tocamos, indiretamente, nas formações discursivas” (idem, p.54).

Ressaltamos também que, pelo quadro, observa-se que as etapas metodológicas envolvem o trabalho com os esquecimentos. Para compreendermos a noção de esquecimento, recorreremos a Pêcheux (1997b). O autor define, apoiado em suas leituras de Freud, dois esquecimentos “inerentes ao discurso” (idem, p. 173). De acordo com o esquecimento n. 2,

todo sujeito falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou seqüência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada.*

Segundo Orlandi (2002a, p. 35), esse esquecimento é da ordem da enunciação e responsável por uma “ilusão referencial” de que haveria uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo. Consideramos, dessa perspectiva discursiva, que essa relação é sempre mediada pelo discurso, atravessada pelo simbólico.

Com relação ao esquecimento n. 1, Pêcheux (1997b, p. 173) afirma que ele “dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina”. Para Orlandi (2002a, p.35), esse esquecimento é ideológico e “reflete o sonho adâmico de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem a dizer as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos”.

Segundo esses esquecimentos, sentido e sujeito se constituem ao mesmo tempo no interior de uma dada formação discursiva; nem sentido, nem sujeito existem por si. Além disso, os sentidos sempre podem ser outros, visto que estão relacionados a formações discursivas e uma vez alterada a formação discursiva altera-se também o sentido.

Assim, por trabalharmos com o funcionamento da linguagem, do discurso, e não com conteúdos, o objetivo do analista de discurso é compreender os sentidos, as interpretações, e não dizer qual é o sentido verdadeiro ou certo de um texto, como faria a hermenêutica, por exemplo.

Os procedimentos da Análise de Discurso têm a noção de funcionamento como central, levando o analista a compreendê-lo pela observação dos processos e mecanismos de constituição de sentidos e de sujeitos, lançando mão da paráfrase e da metáfora como elementos que permitem um certo grau de operacionalização dos conceitos. (ORLANDI, 2002a, p.77).

Por paráfrase, entendemos o retorno ao mesmo, a estabilização dos sentidos, a produção de diferentes formulações do mesmo dizer. Segundo Orlandi (2002a, p.36) “os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”. É um conceito geralmente oposto ao de polissemia, que representa o deslocamento, a ruptura de processos de significação.

Já a metáfora “é constitutiva do processo mesmo de produção de sentido e da constituição do sujeito. Falamos da metáfora não vista como desvio mas como transferência” (idem, p.79). Transferência, deslize de sentidos, o efeito metafórico é o lugar possível da interpretação, da historicidade. Sendo que a historicidade é concebida como “aquilo que faz com que os sentidos sejam os mesmos e também que eles se transformem” (idem, p.80).

Considerando a questão central, qual seja, a da constituição, nosso percurso consiste em, a partir das formulações e das formas materiais, compreender como a atuação da memória discursiva, dos já-ditos operam na constituição, observando o funcionamento da metáfora, da paráfrase. Sendo que as formas materiais reúnem a um só tempo forma e conteúdo, permitindo compreender as propriedades discursivas, que remetem a língua à história para significar.

Sendo assim, gostaríamos de salientar que nosso trabalho assenta-se na análise discursiva de um *corpus* heterogêneo que busca fazer um recorte dos discursos que atravessam a constituição dos sujeitos-moradores e dos bairros. Nossos materiais são: textos produzidos em contexto escolar e textos jornalísticos.

1.4.1 Textos produzidos em contexto escolar

A partir de pesquisa de campo na E.M. Darcy Ribeiro, no Jardim Santo Antônio, Zona Norte da cidade de São José do Rio Preto, foram produzidas as redações.

Estiveram envolvidos na pesquisa uma turma de 8ª série do Ensino Fundamental e quatro turmas da 6ª série do Ensino Fundamental, totalizando cerca de 120 alunos. A cada um foram oferecidas três folhas. Na primeira, constava a proposta para a produção do texto: “Como você apresentaria, para alguém que não conhece, o lugar em que você mora em São José do Rio Preto, num texto de mais ou menos 20 linhas? Você pode escolher falar de sua rua, de seu bairro, da cidade ou da região. Procure apresentar diferentes características desse lugar: as pessoas, o que elas costumam fazer lá, como são as casas, como são as ruas, e o que mais você achar interessante sobre o lugar onde você vive”. Nas duas seguintes, havia um termo de consentimento em duas vias que deveria ser lido e assinado pelos pais ou responsáveis, já que todos eram menores de idade.

Os textos que formam o *corpus* são apenas aqueles acompanhados de autorização e estão organizados em função disso e das séries. Nenhum texto apresenta a identificação do aluno-autor, somente um número que utilizamos como código para remetê-lo à autorização. Ao todo, temos 30 textos de alunos da 6ª série com autorização (de um total de 68 que aceitaram fazer o texto) e 8 textos de alunos da 8ª série com autorização (de um total de 26 que aceitaram fazer o texto).

1.4.2 Textos jornalísticos

Coletamos material de dois jornais: i. Jornal Diário da Região; ii. Jornal Região Norte. O primeiro tem circulação não só municipal, mas também regional. Escolhemos esse jornal porque ao longo de 2005 e 2007 publicou semanalmente uma série de reportagens especiais sob o título: “Diário nos Bairros”, no interior do caderno *Cidades*. A cada semana um bairro era visitado e os moradores eram entrevistados. Segundo o próprio jornal, o objetivo do projeto foi “mostrar os problemas que incomodam o cotidiano dos moradores e

cobrar soluções dos órgãos responsáveis”. Já se parte do imaginário de que os problemas estão localizados nos bairros e de que o jornal é a instituição que tem o poder de “cobrar soluções”. Organizamos um *corpus* com esses jornais e separamos aqueles que dizem respeito à Zona Norte.

Já com relação ao Jornal Região Norte, ele é uma publicação mensal que circula na cidade e tem tiragem média de 5.000 exemplares. Originalmente, o jornal chamava-se “Jornal Zona Norte”, mas a edição de junho de 2007 traz a seguinte nota: “**Nova concepção** – A partir da edição do mês de junho o Jornal *Zona Norte* passa a se chamar Jornal *Região Norte*. A mudança atende a reivindicação dos setores social, cultural, produtivo e político dos habitantes de mais de 150 bairros existentes nesta região” (grifos nossos).

Os jornais de bairro são o foco do livro *Os Jornais de bairro na cidade de São Paulo*. (ALBUQUERQUE, 1985). Segundo a obra, eles existem em São Paulo desde o século XIX, motivados pelas publicações das colônias alemãs, espanholas e italianas. Mas seu auge deu-se no século XX. Segundo Camargo (2006),

a imprensa de bairro é capaz de mobilizar os moradores em torno de questões locais, pois a proximidade com o leitor e com o assunto permite ao jornal revelar melhor a história, o modo de vida, as necessidades e as modificações daquele núcleo urbano, fatores estes que geram uma identificação por parte dos leitores.

Todo esse material será analisado na continuidade dos trabalhos.

2 A CIDADE, OS SUJEITOS E OS SENTIDOS

“No território urbano, o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade formam um, estando o corpo do sujeito atado ao corpo da cidade, de tal modo que o destino de um não se separa do destino do outro. Em suas inúmeras e variadas dimensões: material, cultural, econômica, histórica etc. o corpo social e o corpo urbano formam um só.” (ORLANDI, 2004)

No capítulo anterior, expusemos as bases teórico-metodológicas do nosso trabalho, bem como nossos objetivos: i. Compreender a constituição do sujeito enquanto sujeito-morador de alguns bairros da Zona Norte da cidade de São José do Rio Preto; ii. Compreender os sentidos produzidos para *bairro*, tendo em vista que “sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo” (PÊCHEUX, 1997b).

Apresentamos neste capítulo uma análise do discurso de alunos de uma escola da Zona Norte, tendo em vista os objetivos supracitados. O material de análise são textos produzidos em contexto escolar a partir de uma proposta, semelhante à feita por Rodriguez-Alcalá (2004) e Fournier (2004): os alunos do 7º e do 9º anos do E.F. da Escola Municipal Darcy Ribeiro, localizada no bairro Jardim Santo Antonio – Zona Norte da cidade de São José do Rio Preto, foram convidados a escrever um texto a partir da seguinte instrução:

“Como você apresentaria, para alguém que não conhece, o lugar em que você mora em São José do Rio Preto, num texto de mais ou menos 20 linhas? Você pode escolher falar de sua rua, de seu bairro, da cidade ou da região. Procure apresentar diferentes características desse lugar: as pessoas, o que elas costumam fazer lá, como são as casas, como são as ruas, e o que mais você achar interessante sobre o lugar onde você vive”.

Todos os alunos residem nas imediações da escola, seja no bairro Jardim Santo Antonio, seja em outros bairros próximos. Restringimos os textos levando em consideração

aqueles que continham um “Termo de Consentimento” devidamente assinado pelos pais ou responsáveis, já que se trata de menores de idade.

Buscamos assim contribuir com a compreensão do bairro enquanto espaço urbano de constituição de sujeitos e de sentidos.

A cidade de São José do Rio Preto situa-se no interior do Estado de São Paulo e tem 402.770 habitantes (senso IBGE 2007). Como muitas cidades de seu porte, tem conflitos sociais, zonas de distribuição de riquezas, zonas periféricas, entre outras coisas. Verifica-se que a cidade é dividida, pelo discurso da mídia, da segurança pública e dos próprios habitantes, em zonas, sendo que a sul é conhecida como a da classe alta, onde se encontram condomínios residenciais de alto padrão, shoppings, clínicas, parques, etc.; e a zona norte é conhecida pelos bairros residenciais, desfavelamentos, altos índices de criminalidade, tráfico, etc. Um lado da cidade conta com aparelhos públicos de qualidade, enquanto o outro sofre com a falta deles. Um lado é remetido a problemas nos noticiários e o outro a altos padrões de vida e consumo.

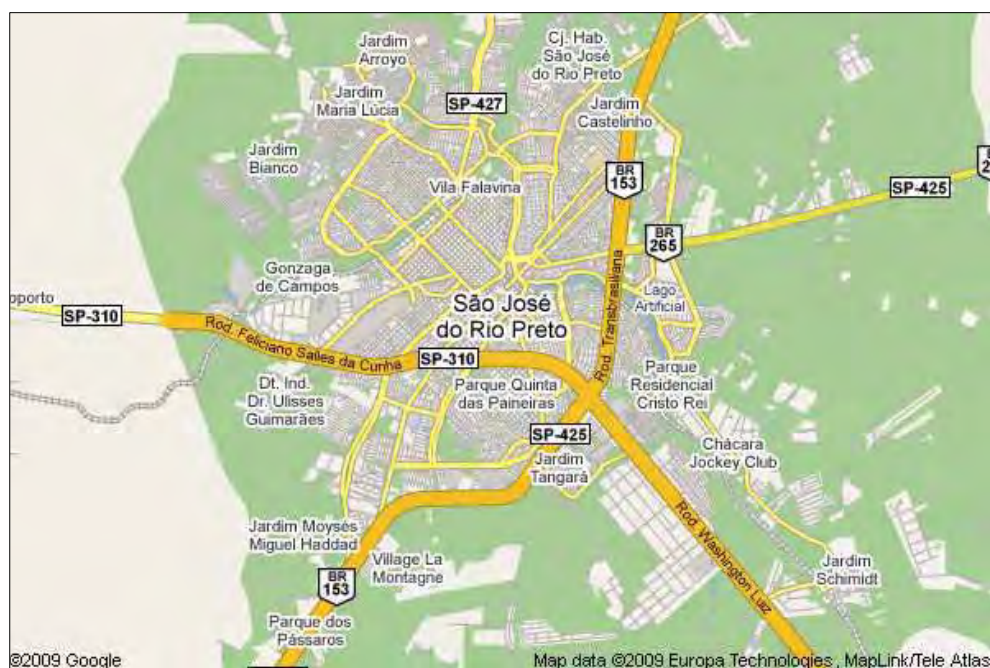


Figura 3: Mapa da cidade de São José do Rio Preto

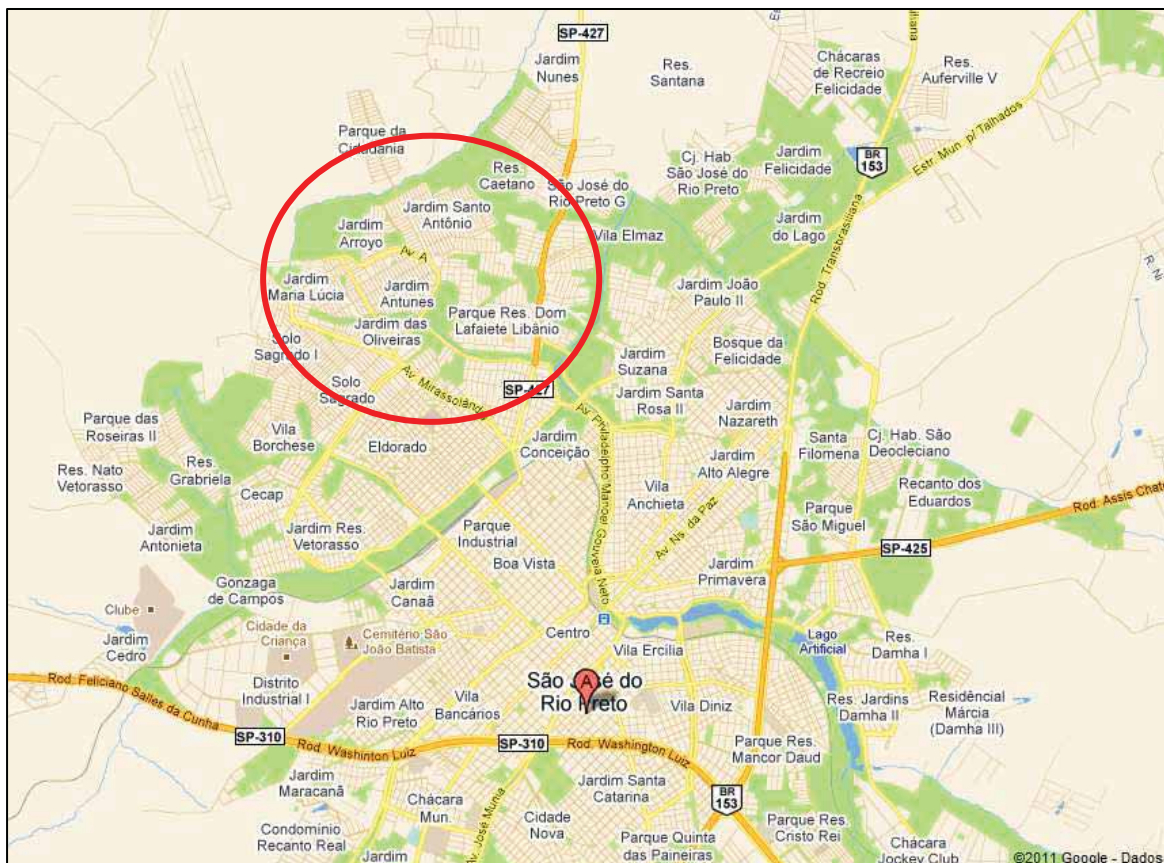


Figura 4: Detalhe da Zona Norte

Orlandi (2007), citando Touraine (“Face à l’exclusion”, 1991), afirma que atualmente não se verificam mais as divisões de classes verticais (as pirâmides sociais) em que os sujeitos seriam incluídos ou excluídos. O que existiria hoje seria uma relação não de classes, mas de lugares, horizontalmente, em que os sujeitos não seriam incluídos/excluídos, mas segregados. Ainda segundo Orlandi, em seu livro *Cidade dos Sentidos* (2004, p. 81),

para um analista de discurso, o espaço significa, e a relação dos sujeitos com o espaço é determinante para sua forma de vida. Observe-se como se significam as pessoas segundo vivam em bairros ricos (com seus equipamentos públicos de qualidade) e os bairros pobres (sem condições (...)). Que sentidos de vida pública social estão aí funcionando?

A segregação, como temos observado pela leitura do *corpus*, se faz por meio de discursos em circulação que vão criando, no ambiente da cidade, uma relação tensa entre o

socius e o *hostis* (Orlandi, 2004). Sendo que o *hostis* é o que deve ficar de fora, é o inimigo a ser evitado. E nossa questão é: como vai se constituindo o sujeito-morador desses espaços da cidade, ou seja, de alguns bairros da Zona Norte, tendo em vista esses discursos.

Pelas análises dos textos dos alunos, percebemos as marcas dessa separação entre *socius* e *hostis*, de como “os de dentro” veem e são vistos pelos “de fora”. Note-se como não se trata mais apenas de classes sociais separadas verticalmente, mas de sujeitos separados também horizontalmente por zonas/ regiões espaciais e, por que não, de *sentido*?

Na sequência, apresentaremos as análises das redações divididas em quatro seções: 2.1. Operadores argumentativos: os efeitos de sentido nas regularidades do *mas* e do *só que*; 2.2. Discurso indireto: *o outro, o fora*; 2.3. O espaço e os sujeitos: *a escola, a rua e o centro esportivo*; 2.4. O não-verbal: *autoria e resistência*. Essas seções de análise visam a compreensão do funcionamento da alteridade, da fragmentação e da resistência enquanto possibilidade da superação da fragmentação.

Em todas essas seções observaremos como se dá o jogo entre o eu/o outro, o dentro/o fora, ou seja, como a alteridade funciona na constituição da imagem que os alunos sujeitos-moradores do bairro têm de si e do bairro. Para tanto, procuramos trabalhar sempre a relação constituição/ formulação (ORLANDI, 2001; 2002a), exposta anteriormente (p.16).

2.1 Operadores argumentativos: os efeitos de sentido nas regularidades do *mas* e do *só que*

Orlandi (1998) discute a questão da argumentação na Análise de Discurso. Para a autora, é preciso pensar a argumentação em relação aos sujeitos, ao político, à história e à ideologia. Esclarecendo que, pela noção de político, entende-se que o sentido é sempre

dividido, “sendo que essa divisão tem uma direção que não é indiferente às injunções das relações de força que derivam da forma da sociedade na história” (p. 74).

A autora distingue duas posições diferentes sobre a argumentação na linguagem: uma que defende que a argumentação é constitutiva e outra que diz que ela é um ornamento do dizer. Posicionamo-nos contrários ao ponto de vista retórico clássico, segundo o qual a argumentação é ornamental, e nos colocamos ao lado de posições que veem a argumentação como um funcionamento da língua, constituída pelo interdiscurso e analisável por meio do intradiscurso, em suas marcas linguísticas. Distanciamo-nos assim também de posições teóricas que veem a argumentação como uma função da língua, a função persuasiva “produto da evolução da humanidade e das sociedades” (ZOPPI-FONTANA, 2006, p.194).

Orlandi (1998,p.80) propõe que a argumentação seja analisada como parte da materialidade do texto, como sendo trabalho sobre o domínio da organização (empírico-formal) do dizer e não da ordem (linguístico-discursiva), portanto, não afetando a posição discursiva do sujeito. Para que a posição do sujeito fosse alterada, seria necessário um deslocamento no nível da constituição, mas segundo a autora, o *jogo da argumentação* se dá no nível da formulação.

Guimarães (1987), em um estudo argumentativo das conjunções da língua portuguesa, analisa, entre outras, o *mas*. O autor desenvolve suas ideias baseado nas propostas de Ducrot e da Análise de Discurso pechatiana e coloca-se a partir da Semântica da Enunciação, considerando que o enunciado “produz efeitos de sentido, segundo as condições histórico-enunciativas em que ele aparece” (p.18). Os efeitos de sentido são observados pelo “cruzamento das regularidades semânticas e gramaticais e dos traços situacionais mobilizados pelas regularidades” (p.18).

Ao longo das análises dos recortes em que funciona o operador “mas”, Guimarães (1987) salienta a representação do sujeito da enunciação e o caráter polifônico da enunciação. O autor trabalha com as noções de Locutor (L) e de Enunciador (E), sendo que:

- Locutor: “é aquele que se apresenta com *eu* na enunciação, representando-se, internamente ao discurso, como o responsável pela enunciação em que ocorre o enunciado. O locutor é uma figura constituída internamente ao discurso e marcada no texto pelas formas do paradigma do *eu*.” (p.21);

- Enunciador: “é a posição do sujeito que estabelece a perspectiva da enunciação.” (p.22).

A partir dessas duas categorias e baseado no conceito de polifonia de Bakhtin, Guimarães (1987, p.22-23) afirma que uma enunciação pode ser considerada como polifônica sob dois aspectos: i. quando o recorte⁷ representa mais de um locutor para o enunciado (p.ex.: discurso relatado); ii. quando a enunciação representa mais de um enunciador no enunciado, mais de uma perspectiva enunciativa (p.ex.: negação).

Em trabalho posterior, Guimarães (2005) estende a reflexão expondo a diferença entre os tipos de enunciadores. O autor destaca: i. o enunciador individual, como “a representação de um lugar como aquele que está acima de todos, como aquele, que retira o dizer de sua circunstancialidade” (p. 25); ii. o enunciador genérico, em que “um todos que se apresenta como diluído numa indefinição de fronteiras para o conjunto desse todos” (p. 25); iii. o enunciador universal, ou seja, ‘um lugar que significa o Locutor como submetido ao regime do verdadeiro ou falso’ (p. 26).

⁷ Apóia-se em Orlandi (1983, 1984) para afirmar que o recorte é “uma unidade discursiva”, “um fragmento da situação discursiva”.

O quadro abaixo, organiza a relação entre os lugares sociais (locutor) e os lugares de dizer (enunciador) colocados em jogo na cena enunciativa⁸, baseado nas reflexões de Guimarães (2005):

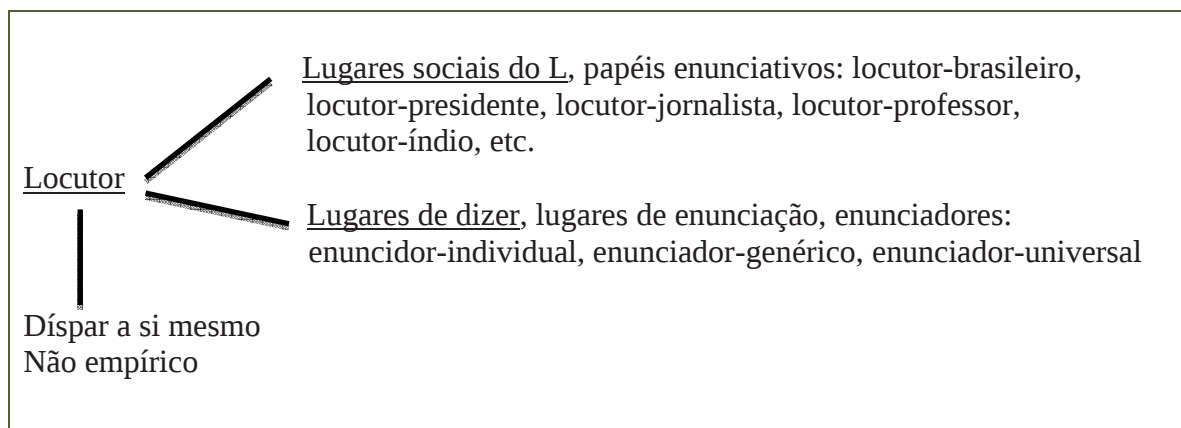


Figura 5: Lugares sociais e lugares de dizer na cena enunciativa

Na análise das redações que compõem o *corpus*, destacamos o funcionamento do “mas” e, em alguns casos, do “só que” em que esta expressão funciona de modo semelhante ao “mas”. Essas conjunções funcionam opondo discursos sobre o bairro, sendo que um é sustentado pelos alunos-moradores da Zona Norte e o outro pela antecipação do senso comum e estão em relação polêmica, em disputa pelos sentidos. De acordo com Orlandi (2002, p. 39),

segundo o mecanismo da antecipação, todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor “ouve” suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. Este espectro varia amplamente desde a previsão de um interlocutor que é seu cúmplice até aquele que, no outro extremo, ele prevê como adversário absoluto. Dessa maneira, esse mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor.

⁸ Guimarães (2005, p. 23) afirma que a cena enunciativa “se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas”.

Desse modo, o “mas” e o “só que” marcam a complexidade enunciativa do *corpus*, como pista da alteridade que compõe o discurso do aluno-morador sobre seu bairro em relação ao discurso do outro que é antecipado e introduzido pelas referidas conjunções. Vejamos⁹:

1. *As casas não [são] as de um condomínio de luxo, **mas** o importante é que cada um tem a sua. (10)*

À esquerda do “mas” temos um enunciador que fala de fora, a partir do senso comum que se construiu sobre a Zona Norte, ou seja, de acordo com o discurso do outro nenhuma casa do bairro supracitado pode ser comparada “as de um condomínio de luxo”. Percebemos, à direita do “mas”, o enunciador-morador que traz para dentro de sua discursividade a voz do outro. O enunciado mostra-se polifônico, então, pela presença de mais de um enunciador na mesma enunciação. No momento em que o morador fala do discurso de dentro, ele observa que os moradores da Zona Norte *têm casas*, sem especificá-las, como pode ser observado em: “o importante é que cada um tem a sua”. Com isso, o operador argumentativo “mas” tem a função de trazer para o discurso as características dadas pelo outro às casas do bairro, ou seja, a antecipação do imaginário do interlocutor que está de fora. Semelhante ao que ocorre em:

2. *minha escola é um pouco pirigoso **só que** é muito legal (62)*

3. *O bairro onde eu moro é muito legal, gostoso e divertido **só que** as vezes nos deixa desepisionado com o que fazem (88)*

⁹ As redações foram aqui reproduzidas *ipsis litteris* e a numeração ao final de cada trecho refere-se ao número da redação, tal qual foi classificada no conjunto do *corpus*. Os textos digitalizados podem ser consultados na íntegra no CD que segue em anexo.

Nesses casos também há a voz do *outro* atravessando o dizer do sujeito-morador e os enunciados são ligados pelo “só que” que funciona aqui de modo semelhante ao “mas”. Observamos que no enunciado 2, o morador-enunciador do bairro dá à escola o sentido de “muito legal”, enquanto que, a voz do outro, que está a esquerda do operador enunciativo “só que” antecipa, por meio do locutor, o senso comum do outro que significa a escola como “um pouco pirigoso”.

Já no enunciado 3, o morador-enunciador significa o seu bairro como “muito legal, gostoso e divertido”, enquanto que o *hostis*, a voz do outro, que aparece do lado direito do operador argumentativo “só que”, aparece no discurso, também por meio da antecipação do locutor, como aquele que faz algo que “nos deixa decepcionado”.

Os sentidos para “bairro” nesses casos estão em disputa. O discurso dos alunos é, como mostrado acima, atravessado pelo do *outro*, por aquele que olha de fora, pelo sentido do senso comum. Constitui-se na relação de negação do dizer do outro, que intervém como pré-construído. Percebemos que há efeitos de sentido estabelecidos pela antecipação do senso comum em oposição aos sentidos estabelecidos pelo enunciador-morador por meio de regularidades de traços semânticos que são sustentados pelos operadores argumentativos “mas” e “só que”.

Já, nestas outras sequências abaixo, percebemos casos em que, usando o “mas”, o aluno-morador da Zona Norte vai construindo a imagem do que ele gostaria que fosse o bairro. Essa imagem condicional feita do bairro pode ser observada por meio do emprego de verbos no modo/tempo que expressam esse desejo: i. no imperfeito do indicativo (*eu queria que*); ii. no imperfeito do subjuntivo (*parace, liberace, fosse*); futuro do pretérito do indicativo (*poderia ter*).

4. ***Mas eu queria que*** na minha rua ***parace*** de enpenar de moto e ***parace*** de maconha.
Mas eu queria que o prefeito ***liberace*** a vacina contra a miníngite para toda a zona norte, ***mas eu queria que*** a zona norte ***fosse*** melhor não aquelas

*pessoa que fica reparando os outros (...) Ah, **poderia ter** mais delegacia e mais comercio, **mas** eu acho que **se tivesse** esses comercio seria tudo roubado né. Fim. (93)*

Através de projeções imaginárias, o sujeito define o bairro pela falta. As faltas mostram como o bairro é e como o sujeito gostaria que fosse, de acordo com o seu imaginário de bairro, embora a sequência termine com a reflexão do sujeito sobre as consequências, como se ele confrontasse o imaginário que ele tem de bairro à imagem do outro sobre o bairro que se lhe apresenta.

Percebemos, então, que, nessa sequência, o operador “mas” traz para o discurso tudo o que não é formulado pelo morador-enunciador, ou seja, enquanto exprime o seu desejo, traz para o discurso o imaginário que, nesse caso, ele e o outro fazem do bairro em questão. Isso pode ser observado, por exemplo, em “Mas eu queria que o prefeito liberase a vacina contra meningite”. Ao usar o operador “mas” para significar um desejo, o morador-enunciador traz para o discurso o senso comum de que, nos bairros da Zona Norte, a saúde é precária e não há vacinação para a prevenção da meningite.

Na seção a seguir, outra marca de alteridade será analisada em busca da compreensão da constituição do sujeito-morador e dos sentidos para bairro: o discurso indireto.

2.2 Discurso indireto: o outro, o fora

Na sequência das análises notamos que, além de trazer a voz do *outro* para o fio de seu discurso por meio do operador “mas” (“só que”, eventualmente), o *outro* também aparece em algumas expressões que introduzem o discurso indireto. O morador-enunciador traz, para o seu discurso, a presença do *hostis* no eixo da formulação por marcas linguísticas

como *eles falam, quem é de fora fala que, gente de fora, muita gente que não mora na Zona Norte fala que*. Vejamos os trechos abaixo:

5. Quando meus parentes vem aqui eles acha legal acho ruim quando **eles falam** mau da Zona Norte porque é um lugar muito bom eu acho a Zona Norte muito bom para si morar enfim acho tudo legal. (55)

6. Meu bairro é muito legal mas **quem é de fora falaque** ele é pirigoso e cheio de pirigo mas só que as drogas tem em qualquer lugar (62)

7. Meu bairro é muito calmo, não vê ninguém fumando droga e muito difícil sair briga e tem um pasto lindo, mas só que **vieram gente de fora** e queimaram tudo.

Eu moro na avenida, tenho muitas amizade etc...**muita gente que não mora na Zona Norte, falaque** é muito ruim que só vê gente fumando, mais meu bairro é diferente. (63)

Percebemos, no enunciado 5, que os sentidos dados ao bairro pelo morador-enunciador vão contra os sentidos dados pelo outro, pelo que está de fora. Para o morador do bairro, o lugar Zona Norte é significado como “um lugar muito bom” onde ele acha “tudo legal”. É interessante destacarmos o uso do termo “tudo”, uma vez que, no referido discurso, os sentidos negativos para o bairro estão *apenas* na significação dada pelo outro, como vemos em “acho ruim quando **eles** falam mal”.

No enunciado 6, temos, assim como no enunciado 5, marcas linguísticas que trazem sentidos negativos à Zona Norte somente por quem está de fora. Para o morador-enunciador, o bairro “é muito legal” e “quem é **de fora** fala que ele é **pirigoso**”. Além disso, o morador usa o operador argumentativo “mas só que” para mostrar que os sentidos negativos dados, pelo senso comum, à Zona Norte também são encontrados em outros lugares, como vemos em “mas só que as drogas tem **em qualquer lugar**”. O morador da Zona Norte, nesse caso, tenta trazer para dentro de seu bairro os sentidos positivos que o senso comum dá aos bairros da Zona Sul como “muito legal” e leva o sentido negativo “das drogas” para “qualquer lugar”, inclusive para a Zona Sul.

Já o enunciado 7, além de mostrar sentidos positivos para a Zona Norte, traz quem está de fora como aquele que faz do bairro um lugar ruim. Podemos perceber isso em “vieram gente de fora e queimaram tudo”. Para esse morador-enunciador, o seu bairro “é muito calmo, não vê ninguém fumando droga e muito difícil sair briga e tem um pasto lindo”. Na sequência, esse mesmo morador traz novamente o outro como o que faz do bairro um lugar ruim: **“muita gente que não mora na Zona Norte, falaque é muito ruim que só vê gente fumando, mais meu bairro é diferente.”**

As argumentações dos alunos-moradores da Zona Norte seguem no sentido de se oporem às do *outro*, daquele que não pertence à Zona Norte. Esse *outro* vai se manifestando no fio do discurso desses sujeitos através da incorporação de já-ditos sobre a Zona Norte. Vão constituindo a imagem que esses sujeitos têm da Zona Norte pela própria refutação desses já-ditos que lhe atravessam o discurso.

Na seção a seguir, continuaremos trabalhando a alteridade do *corpus* como ponto de observação da constituição dos sujeitos moradores e dos sentidos de bairro. O enfoque, entretanto, recairá sobre questões relativas ao espaço.

2.3 O espaço e os sujeitos: a casa, a escola, a rua e o centro esportivo

Pensar a cidade discursivamente passa por pensar o espaço como significante, não como pano de fundo das análises. Orlandi (2004), ao pensar sobre a materialidade significativa da cidade, reflete sobre algumas noções de espaço, numa tentativa de deslocá-las do campo da geometria e da matemática, do empírico e do abstrato em favor do discursivo. A autora propõe, assim, uma definição de *espaço urbano*: “Esse espaço material concreto funcionando como sítio de significação que requer gestos de interpretação particulares. Um espaço simbólico trabalhado na/pela história, um espaço de sujeitos e de significantes.” (p.32)

Em trabalho anterior (MARTINS, 2007) sobre dicionários infantis de língua portuguesa, apontamos, apoiados nos estudos de Smolka (2002), que a família e a escola se colocam como os *loci* específicos onde a infância se dá, produz sentidos, como lugares de cuidado, educação e ensino. Nas redações, pudemos perceber que a família não aparece destacadamente, mas sim a escola, a rua e o centro esportivo. Notamos que esses são os espaços onde os alunos-moradores se apóiam para falar de si e do bairro. Em alguns casos, a família e a igreja aparecem, mas a escola, a rua e o centro esportivo são os espaços de apoio, onde se dão as relações de sentido para esses sujeitos. Embora a família, bem como a escola ou centro esportivo, não estivesse mencionada na proposta motivadora à produção, chamou-nos a atenção sua presença de forma tão discreta.

8. *Mas por outro lado é aqui que eu tenho amigos, bons vizinhos. E agora construíram um **centro poli-esportivo**, que é uma boa opção de lazer.*(10)

9. *Na manhã, logo cedo, já se encontram pais ou irmãos levando as crianças à **escolas e creches**.* (28)

10. *Meu bairro é munto violento mas eu gosto daqui o **sentro esportivo** e muito legal não tem maloquero só vem gente legal.
Quando eu venho para **escola** em ceguro.
Quando eu saio tabem fico em ceguro por que tem um monte de maloquero.
Naminha **rua** é legal não tem munto maloquero.* (54)

Podemos notar então, por meio de marcas linguísticas, na formulação dos discursos, que os lugares em que os moradores se significam com o *socius* são “centro poli-esportivo”, “escolas e creches” e a “rua”. São espaços públicos onde os sujeitos se identificam e significam como percebemos na última sequência discursiva em que o sujeito grafa “naminha rua”: a escrita equívoca marca o grau de relação de pertencimento do sujeito com o espaço.

Ao levarmos em consideração o conceito de *lugar comum* em relação ao de *senso comum* proposto por E. Orlandi (2004) em que o lugar é “comum não porque é banal,

mas porque é público e se faz na quantidade, que se instala em um espaço de convivência, de experiência pública. De opinião”, pensamos os *lugares* “centro poli-esportivo”, “escolas e creches” e a “rua” como lugares específicos a que esses sujeitos pertencem.

A relação entre a imagem que se constrói do bairro e a constituição dos alunos tomados enquanto sujeitos-moradores da Zona Norte é tão forte que na redação 90, após falar sobre o bairro, o aluno diz “Essa é a minha história”. Percebe-se que a história do bairro e a do próprio sujeito de fato se fundem simbolicamente ao ponto de ele relatar como sua a história do espaço onde vive, do seu bairro com letras maiúsculas “Meu Bairro”:

11. *Eu vou começar falar do Meu Bairro o Bairro onde eu moro é bonito, mas algumas pessoas são tão porcas que jogam lixo na rua, a minha rua tem gente bom e ruim, mesmo assim minha rua é movimentado, eu e meus colegas jogam bolas.*

A nossa região é sempre a Zona Norte é muito movimentada tem gente que roba, tem maconheiro etc...,

Vou falar de algumas casas, essas casas são bonitas daqui do Santo Antonio.

*Vou falar um pouco de mim eu e meu irmão gosta de brincar aqui no centro esportivo, porque ali tem quadra, campo, vôlei na areia, baskete e ginástica. O lugar mais interessante onde eu vivo é minha casa junto com minha mãe e meu padastro, as pessoas com quem eu vivo são legais eles compram coisas para mim e meus irmãos o nome deles é D., l. e eu as pessoas com quem eu moro tem respeito, são educadas e cinceras. **Essa é minha história.** (90)*

Ainda pensando na relação entre o *lugar comum* podemos perceber, na redação a seguir, algumas relações com espaços públicos específicos onde os sujeitos significam:

Na manhã, logo cedo, já se encontram pais ou irmãos levando as crianças à escolas e creches. Aqui no bairro, para você ter informações, vá a rua 50, que lá é bem movimentada e você pode saber onde é que você quer ir. As pessoas não são tão hospitaleiras, mas aqui há comunhão. O grande passatempo dos jovens é a lan-house, mas, também há outros onde pode se divertir, como o ECO* (se você gosta de esportes), mas se você gosta de percussão entre para a fanfarra Darcy Ribeiro, que também é uma grande diversão dos jovens. É um lugar bom de se viver mas, às vezes acontecem coisas ruins, que são comentadas em toda a cidade.

* Um centro esportivo onde há projetos e internet. (28)

Apesar de vários lugares serem citados, há uma enumeração mostrando ao interlocutor os *lugares comuns* a serem frequentados: escolas, creches, lan house, Eco, Fanfarra, rua 50. Há apenas descrição de coisas boas quando se fala dos “lugares”. No entanto, quando o morador-enunciador demonstra as coisas ruins do bairro, ele fala de *peessoas* “peessoas não são hospitaleiras”, “coisas ruins são comentadas” [por pessoas].

Há, também, uma relação espacial interessante quando se coloca a cidade em relação ao bairro. A cidade, como um todo, está no imaginário do senso comum e significa a Zona Norte, a partir da antecipação do interlocutor, como lugar onde existem coisas ruins, como percebemos no trecho “É um lugar bom de se viver mas, às vezes acontecem coisas ruins, que são comentadas [por pessoas] em toda a cidade.”

A seguir, enfocaremos a relação entre o verbal e o não-verbal, observando o modo de estar presente da polícia, enfocando a resistência que atravessa o discurso dos alunos tanto no desenho, que veremos abaixo, como em alguns recortes verbais das redações.

2.4 O não-verbal: *autoria e resistência*

Diante da proposta de redação, um dos alunos produziu uma ilustração, ou seja, um texto não-verbal, com características de grafites. Acompanhando esse texto não-verbal, o aluno escreveu: “Polícia civil abusa da autoridade, todo lugar que chega quer enquadrar”. Indagado sobre o seu texto, o aluno apenas respondeu: “É porque é isso que acontece aqui todo dia”. Segue abaixo a ilustração:

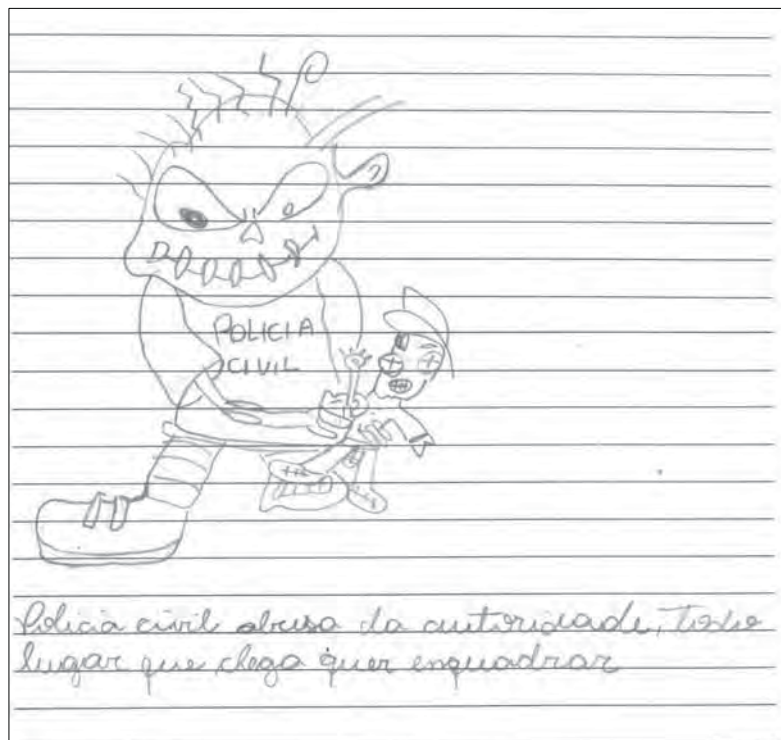


Figura 6: Ilustração produzida por aluno

A partir das questões teórico-metodológicas colocadas no âmbito da Análise de Discurso, considera-se o texto não como produto acabado de um certo gesto, mas como processo. “Não pode ser visto como uma unidade fechada pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginados), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação) e com o que chamamos exterioridade constitutiva, ou seja, o interdiscurso, a memória do dizer (o que fala antes, em outro lugar, independentemente)” (ORLANDI, 2001, p.87).

Ainda segundo a autora, o texto é visto como “unidade feita de som, letras, imagens, seqüências, com uma extensão dada, com (imaginariamente) um começo, meio e fim, tendo um autor que se representa em sua origem com sua unidade lhe propiciando coerência, não-contradição, progressão e finalidade” (p.90).

Recentemente, vários estudos têm-se dedicado a refletir sobre o não-verbal, entre eles: Orlandi, E. 1992,1995; Souza, T. 2001; Neckel, N. 2004; Souza, P., 2001a, 2001b.

Importante ressaltar nesse percurso o trabalho de Orlandi (1992) sobre o silêncio, pela abertura que ele produz para os estudos do não-verbal propondo pensar o silêncio traçando “um limite à redução da significação ao paradigma da linguagem verbal. Isto significa propor uma decentração do verbal” (p.52). Essa reflexão advém da crítica que a autora faz a tratamentos dados ao não-verbal por teóricos como Barthes e Benveniste, cujas visões produziriam um certo efeito de transparência do não-verbal, seja colocando a linguagem verbal humana como interpretante por excelência, seja afirmando que todo sistema de signos repassa-se de linguagem verbal humana.

Sendo assim, busca-se trabalhar em Análise de Discurso com o não-verbal tomado como processo discursivo, analisando suas condições de produção, empregando-se um dispositivo de análise próprio, não recobrando-o pelas mesmas metáforas que empregariamos na análise do verbal, que por sua vez é um processo discursivo diferente, com condições de produção diferentes.

Queremos relacionar, nesse caso específico, a questão do não-verbal à autoria. Avançando a partir do que já havia sido elaborado teoricamente por Foucault (noção de autoria ligada à obra), Orlandi (2001) propõe que a autoria seja pensada em relação ao texto, e este em relação ao discurso. “Há função-autor desde que haja um sujeito que se coloca na origem do dizer, produzindo o efeito de coerência, não contradição, progressão e fim. Para mim, a autoria é uma injunção do dizer assim como o é a interpretação: face ao sujeito, todo objeto simbólico deve produzir sentido.” (*idem*, p.91).

Interpelado pela função-autor, o sujeito é posto na origem do dizer e é exposto às injunções sociais e histórias, à normatividade institucional (*idem*, p.91). E a escola, enquanto instituição sustentada pela escrita/leitura impõe sua própria forma de escrita/leitura, silenciando o que escapa a suas normas, como por exemplo, os grafites e as pichações, assim como desvios ortográficos e gramaticais.

Assim, quanto às condições de produção, temos: o contexto da Escola, especificamente a sala de aula, com a presença de duas professoras de língua portuguesa (a responsável pela sala e a professora pesquisadora), um conjunto de alunos e um pedido de produção textual em papel pautado. Dentro dessa situação, a “norma escolar” a que os alunos estão habituados produz uma injunção a que se faça um texto em linguagem verbal, com correção gramatical, coerência, coesão, título, boa caligrafia, etc. Preocupações que alguns alunos expressaram diretamente nos textos. Mas um em particular, num gesto de resistência, produz em texto não verbal, na estética do grafite, simbolizando a relação entre os policiais e os civis. O aluno em questão assume uma posição de autoria frente àquela injunção à significação tal que foge à “norma” escolar. Ele materializa no papel pautado com instruções (na Escola) aquilo que pela “norma” da escrita urbana está nos muros. O papel passa a ser o “seu” muro. Ele assume uma posição no interior de uma formação discursiva tal que a partir dela denuncia/declara o que pensa do lugar onde mora, do bairro onde vive. Quando a injunção diz “escreva” ele resiste e *grafita*.

Há uma transferência¹⁰, um trabalho de deslocamento do discurso do grafite dos muros da cidade para a materialidade do espaço institucional escolar. Sendo o grafite tomado como gesto político, artístico e de individualização do sujeito. Há um movimento da escrita urbana para a escrita escolar, com os traços e materialidades daquela sendo empregados no lugar desta.

Os traços do grafite produzido pelo aluno inscrevem o policial (representante de um Estado que falta, ou que funciona não pela proteção, mas pela opressão) numa discursividade monstruosa. Seu coturno é quase maior que o sujeito que é segurado. Esse sujeito, por sua vez, é representado pequeno, sem força, sem voz, talvez até sem “escrita” no

¹⁰ Orlandi (1997), no artigo “Gramática, gramatização e a emergência dos primeiros gramáticos brasileiros”, define o processo de *transferência* como sendo marcado pela historicização, por um trabalho de deslocamento; enquanto que o processo de *transporte* é marcado pela imposição de uma memória sobre outra.

sentido institucional. Ao usar a linguagem verbal, o aluno conclui, sem ponto final, sobre os abusos da polícia.

Ao levarmos em conta alguns textos verbais, na sequência das análises, podemos relacionar a esse gesto de resistência o processo discursivo que “vira do avesso” a relação polícia-traficante. Ou seja, em algumas sequências percebe-se que há uma inversão, considerando-se a organização da sociedade, entre a polícia e os traficantes, de modo que os primeiros são considerados em alguns momentos a ameaça e os segundos fazem parte do universo dos sujeitos. Vejamos alguns recortes:

12. *pra baixo da minha escola tem varios pontos de: cocaína, craqui, farinha e pedra **todos são maconheiros mas são pessoas boas.** O nosso bairro Santo Antonio é muito mal falado por causa dos ponto de droga, **eu reclamo por causa daqueles puliciais filha da puta, arrombado, tem que ter mais segurança.** (75)*

14. *tem alguns **maloqueros**, mais eles não faiz nada pra ninguém* (87)

Podemos destacar que os moradores têm uma relação de falta com os sentidos de polícia e segurança pública. Há mais confiança nos traficantes e usuários de drogas que nos policias, como mostramos, especificamente, nos seguintes enunciados: “**todos são maconheiros mas são pessoas boas.**” e “**eu reclamo por causa daqueles puliciais filha da puta, arrombado, tem que ter mais segurança.**”. Há uma relação entre o gesto de resistência do texto não verbal com as sequências verbais.

2.5 Considerações conclusivas

Os elementos de análise disponíveis nos permitem dizer que o sentido de *sujeito* para os alunos que são sujeitos-moradores da Zona Norte, bem como os sentidos de *bairro* para eles, está imbricado ao funcionamento da alteridade. Os discursos outros/ dos

outros atravessam, constituindo, como vozes que ressoam de fora, os discursos desses sujeitos. Ao falarem de si ou de seus espaços, seus *loci específicos*, se baseiam em pré-construídos (violência, tráfico, criminalidade) que eles vão tentando re-significar (“todos são maconheiros mas são pessoas boas”). Ou seja, ao ressignificar a memória, sobre si e sobre o bairro, buscam construir outros sentidos, outros lugares de significação que por vezes não fazem sentido para os que estão de fora, virando, assim, do avesso algumas relações (“eu reclamo por causa daqueles puliciais filha da puta, arrombado, tem que ter mais segurança”). Chamamos a atenção aqui para as relações que eles mantêm com a polícia e com os traficantes, tratada mais acima.

3 O SUJEITO-MORADOR E O ESPAÇO URBANO NAS PÁGINAS DO JORNAL

O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. (ORLANDI, 2002)

No capítulo anterior, nos detivemos na análise das redações produzidas pelos alunos moradores da Zona Norte de São José do Rio Preto. Naquele material do *corpus*, destacamos o funcionamento da alteridade enquanto marca do discurso desses sujeitos que se vêem significados por discursos outros e na posição de retomar por meio da negação e do operador argumentativo “mas”, esses discursos de fora. Dessa forma, buscam ressignificar o espaço onde vivem, ressignificando, assim, a imagem de si próprios. Criam um *espaço de dizer*, de onde também é possível significar a Zona Norte da cidade como lugar bom para se viver, onde se estabelecem laços sociais.

Neste capítulo, trataremos das análises dos jornais que constam em nosso *corpus*: Jornal Região Norte e Jornal Diário da Região. Nosso objetivo é compreender como esses materiais constroem sentidos para alguns bairros da Zona Norte da cidade e para os sujeitos-moradores desses bairros.

Para refletir sobre o discurso jornalístico, recorreremos aos estudos de Mariani (2003, 2006, 2007). Em seus trabalhos, a pesquisadora tem analisado a imprensa no Brasil a partir do ponto de vista teórico e metodológico da Análise de Discurso. Mariani (2006, p.33-34) propõe considerar o discurso jornalístico como prática discursiva

realizada a partir de um efeito ilusório da função do jornal como responsável apenas por uma transmissão objetiva de informações. O discurso jornalístico constrói-se, dessa forma, com base em um pretense domínio da referencialidade, pois baseia-se em uma concepção de linguagem que considera a língua como instrumento de comunicação de informações.

Decorrem daí vários efeitos constitutivos dos sentidos veiculados como informações jornalísticas: objetividade, neutralidade, imparcialidade e veracidade.

Operamos com uma visão de língua como lugar material em que se realizam os efeitos de sentido. Aliando-se a relação constitutiva que a Análise de Discurso mantém com a Psicanálise, compreendem-se como possíveis os deslizamentos, as falhas e os equívocos. Dessa forma, o discurso jornalístico também está sujeito ao funcionamento da língua, do imaginário e da memória.

Na sequência, analisaremos o Jornal Região Norte, ressaltando seu caráter de jornal local bem como o modo como põe em funcionamento uma dada imagem dos bairros e dos moradores da Zona Norte. O periódico é mensal e tem tiragem média de 5 mil exemplares. Para nossa análise, selecionamos três edições do jornal a que conseguimos ter acesso, dada sua restrita circulação: junho, outubro e dezembro de 2007.

3.1 O jornal local: discurso e mídia de proximidade

Ao lado de jornais de grande circulação estadual ou regional, há aqueles que circulam em determinada cidade ou bairro e pretendem representar as necessidades de um grupo específico de moradores. Podem ser jornais de bairro ou jornais comunitários. Discursivamente, entendemos que esses jornais recortam um imaginário de público leitor a partir do qual trabalham na escolha dos fatos a serem noticiados, bem como na formulação das notícias. Ou seja, selecionam as “coisas-a-saber” (PÊCHEUX, 2008, p. 34) que julgam relevantes para os sujeitos leitores.

Em seus trabalhos, Orlandi (2006) tem observado os laços sociais que os sujeitos estabelecem entre si, bem como o sentimento de pertencimento. Para a compreensão desses fatos, a autora alude à noção de “esprit de corps”: “ele exige não apenas a expressão de

um sentimento de pertencimento a uma comunidade, mas ainda a manifestação de um reconhecimento desse pertencimento” (p.21-22). Dessa forma, podemos dizer que os jornais locais representam, em certa medida, o desejo de pertencimento de sujeitos de uma dada comunidade. Unidos, pela materialidade do jornal, estabelecem laços sociais.

Em estudo que contou com o apoio da Prefeitura Municipal de São Paulo, Albuquerque (1985) faz um histórico do surgimento dos jornais de bairro na cidade. Da perspectiva das Ciências Sociais, a pesquisadora afirma que eles existem desde o início do século XX e que surgiram quase que concomitantemente a jornais étnicos de bairros de imigrantes italianos, espanhóis e judeus, entre outros. A semelhança entre os dois era a busca pela integração comunitária.

Ainda de acordo com Albuquerque (1985), os primeiros jornais de bairro de São Paulo tinham um caráter reivindicatório acentuado, o que podia ser visto nos lemas que apareciam impressos logo abaixo dos títulos: “**O Distrito** – Semanário, Independente, Político, Literário e Noticioso”; “**Commercio da Lapa** – Orgam defensor dos interesses do bairro”. Entre as queixas que publicavam: saneamento, iluminação, transporte, escola, saúde. Outra característica era a influência de grandes políticos regionais.

Em seus estudos sobre mídia local, Peruzzo (2005, p.78) pôde constatar algumas regularidades. Entre elas, o fato de que nesses jornais os

laços políticos locais tendem a ser fortes e a comprometer a informação de qualidade. É comum a existência de tratamento tendencioso da informação e até a omissão de fatos, em decorrência de ligações políticas com os detentores do poder local e dos interesses econômicos de donos da mídia.

Voltando-nos para nosso *corpus*, chamamos atenção para a questão dos laços políticos. Nas edições analisadas (junho, outubro e dezembro de 2007) do Jornal Região Norte, que circula principalmente na Zona Norte da cidade, portanto, um jornal local, notamos a

forte presença de políticos regionais, nas pessoas de Edinho Araújo, então prefeito, e de Rodrigo Garcia, então deputado estadual.

Outros pontos relevantes para as condições de produção: i. a presença de anúncios publicitários da Prefeitura Municipal (EMURB – Empresa Municipal de Urbanismo; Rádio Educativa FM; Secretaria Municipal de Saúde); ii. os jornalistas que assinam as matérias são ligados ao poder público (acessor de imprensa da Prefeitura; jornalista da TV Câmara de São José do Rio Preto; autor da biografia política do então prefeito).

Em nosso material, não há a presença de lemas ou de dísticos que acompanhem os títulos. Mas, na edição de junho de 2007, encontra-se o enunciado:

“Nova concepção – A partir da edição do mês de junho o Jornal **Zona** Norte passa a se chamar Jornal **Região** Norte. A mudança atende a reivindicação dos setores social, cultural, produtivo e político dos habitantes de mais de 150 bairros existentes nesta região. – Do Editor” (grifos nossos).

Temos um enunciado em terceira pessoa, assinado pelo Editor. Podemos dizer, apoiados nos estudos enunciativos de Guimarães (2005)¹¹, que se trata de um locutor-editor do jornal (lugar social do Locutor) que fala a partir da posição de jornalista responsável pela organização de sentidos dentro do jornal. Ele funciona como mediador, colocando em cena outros enunciadores (“reivindicação dos setores social, cultural, produtivo e político”).

Discursivamente, podemos considerar o funcionamento de um deslizamento ancorado nas marcas linguísticas *zona*→*região*. No entanto, esse deslizamento apenas funciona nesse jornal, pois na mídia regional (Diário da Região ou Jornal Bom Dia) continua funcionando a expressão *zona norte*. Assim, esse deslizamento não ressoa, não produz ressignificações discursivas em outras mídias. Observando o Plano Diretor do Município (Lei 5135 - 24/12/1992) e o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável (Lei complementar

¹¹ Sobre os estudos enunciativos de Guimarães, rever as páginas 43 e 44.

224 – 06/10/2006¹²), notamos que os documentos oficiais da municipalidade usam a palavra “Zona”, e não “Região” para a divisão da área da cidade, e as especifica por números (de 1 a 14) que correspondem a sua “destinação” (Lei 5135 - 24/12/1992, p. 15), não por pontos cardeais (como o faz a mídia regional).

A partir da posição jurídico-administrativa do município, a cidade está dividida em 14 Zonas segundo seus usos; a partir da posição da mídia local, essa divisão é feita por Regiões especificadas pelos pontos cardeais; a partir da posição da mídia regional, a cidade divide-se em quatro Zonas cardeais. Observa-se uma contradição na nomeação dos espaços da cidade, contradição essa que reflete as diferentes posições discursivas das quais se pode falar da cidade.

O Jornal Região Norte reivindica uma dessas posições, marcando sua diferença com relação às demais. Isso pode ocorrer em função de uma memória que circula na mídia regional identificando “zona norte” a sentidos de violência e criminalidade e ao desejo de negar essa memória, produzindo um novo espaço de significação. Confrontaremos os sentidos desse deslizamento na análise do Jornal Diário da Região, ainda neste capítulo.

Passemos agora a uma análise dos títulos e das matérias que compõem esse jornal.

3.1.1 Títulos

O Jornal Região Norte, de circulação mensal, tem entre 8 e 12 páginas, em que se distribuem matérias jornalísticas. Buscamos, nesta seção, compreender o imaginário que o periódico constrói do espaço que representa e de seus moradores a partir da análise dos títulos das matérias.

¹² Segue em anexo uma cópia da Lei Complementar 224 – 06/10/2006 – “Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável”, assinada pelo então prefeito Edinho Araújo.

Recortamos os títulos das matérias das três edições em questão observando as “coisas-a-saber” postas em circulação que contribuem para a constituição de sentidos. Tomamos os títulos como enunciados que, como tais, são analisados levando em consideração elementos enunciativos e a remissão das marcas às condições de produção. As matérias serão analisadas na íntegra na próxima seção.

TÍTULOS	AUTOR	EDIÇÃO
“Compromisso pela educação”	Edinho Araújo	Junho/ 2007
“Escolas da cidade recebem prêmio nacional”	Sem assinatura	Junho/ 2007
“Rio Preto apresenta escola municipal em congresso”	Sem assinatura	Junho/ 2007
“Estação de esgoto já tem 46% da obra concluída”	Sem assinatura	Junho/ 2007
“Obras do km 444 têm ritmo forte”	Sem assinatura	Junho/ 2007
“Acirp mantém currículos”	Sem assinatura	Junho/ 2007
“Crédito para associados”	Sem assinatura	Junho/ 2007
“Shopping HB comemora 1 ano”	Sem assinatura	Junho/ 2007
“Empresas da cidade participam de encontro ambiental de julho”	Sem assinatura	Junho/ 2007
“Edinho inaugura Agência Ambiental”	Sem assinatura	Junho/ 2007
“Licitação para privatizar BR pode ser em julho”	Sem assinatura	Junho/ 2007
“Central de agendamento de consultas muda de horário em julho”	Sem assinatura	Junho/ 2007
“Prefeitura quer reforma e melhoria de moradias”	Sem assinatura	Junho/ 2007
“Saúde quer vacinar 66 mil cães e gatos”	Sem assinatura	Junho/ 2007
“Alunos do Projeto Pescar iniciam estágio”	Sem assinatura	Junho/ 2007
“Prefeito Edinho e Rodrigo Garcia anunciam hospital da Região Norte”	Luis Fernando China	Outubro/ 2007
“Edinho inaugura decoração natalina”	Glaucia Lacerda	Outubro/ 2007
“Prefeito se reúne com ministro para discutir as obras da rodovia BR-153”	Luis Fernando China	Outubro/ 2007
“Anuário traz Empro entre as 200”	Marcos Lock	Outubro/ 2007
“PT é o que mais cresce em São José do Rio Preto”	Sem assinatura	Outubro/ 2007
“Lideranças reclamam saúde e educação”	Sem assinatura	Outubro/ 2007
“Salão de Artes Plásticas premia vencedores e pode ser visitado até o dia 9 na Swift”	Liza Mirella	Outubro/ 2007
“Cultura lança CD e vídeo feitos com recursos de programa”	Da redação	Outubro/ 2007
“Marinho aprova projetos e asfalta vicinal”	Da redação	Outubro/ 2007
“ETE é a maior obra do ramo na América do Sul”	Mário Soler	Outubro/ 2007
“Menezes consegue calçada para o Antonieta, parque infantil e retorno de ônibus”	Sem assinatura	Outubro/ 2007
“No dia do dentista, clínica dá kits a escola estadual”	Da redação	Outubro/ 2007
“Abdanur é nomeado secretário de Habitação”	Sem assinatura	Outubro/ 2007
“Pedro Roberto foi à Justiça por asfalto na região”	Sem assinatura	Outubro/ 2007

“Questão de ordem”		Dezembro/2007
“Moradora do Santo Antonio ganha carro de luxo na promoção de Natal”	Sem assinatura	Dezembro/2007
“Começam as inscrições para o projeto “Agente Jovem”	Glaucia Lacerda	Dezembro/2007
“Região já tem acesso à W. Luiz no km 444”	Sem assinatura	Dezembro/2007
“Esgoto tem 75% das obras prontas”	Da redação	Dezembro/2007
“Reforma do Palácio das Águas”	Sem assinatura	Dezembro/2007
“Emissário-problema deixa de poluir”	Sem assinatura	Dezembro/2007
“Todo cuidado com nossa caixa d’água”	Sem assinatura	Dezembro/2007
“Novos reservatórios em 6 bairros”	Sem assinatura	Dezembro/2007
“Segunda pista do Cobertinho fica pronta neste semestre”	Sem assinatura	Dezembro/2007
“Piacenti consegue praça no São Deocleciano”	Sem assinatura	Dezembro/2007
“Mano Sanches discute sucessão familiar”	Sem assinatura	Dezembro/2007
“Começa recadastramento para programa do ‘Bolsa-Família’”	Glaucia Lacerda	Dezembro/2007
“Adhair Guimarães Fogaça dá show de civilidade, elegância e requinte”	Sem assinatura	Dezembro/2007
“Embarques, desembarques e 35 anos de história”	Sem assinatura	Dezembro/2007
“Jorge Menezes quer uma árvore para cada carro”	Sem assinatura	Dezembro/2007
“Ex-refém das FARC deve rever o filho em até duas semanas”	Ana Luiza Zenker – Agência Brasil	Dezembro/2007
“Janeiro Brasileiro da Comédia terá peças de 5 grupos do país”	Liza Mirella	Dezembro/2007
“Semae abre concorrência para a última das grandes interligações”	Mário Soler	Dezembro/2007
“Reajuste dos alimentos aumenta peso da inflamação para os mais pobres, revela IBGE”	Aline Beckstein – Agência Brasil	Dezembro/2007

Figura 7: Títulos das matérias do Jornal Região Norte

Pelo levantamento dos títulos, podemos notar que os principais discursos que organizam o jornal são sobre: educação, saúde, saneamento, emprego, moradia e rodovias, além de feitos de vereadores. Os títulos das matérias anunciam as obras e os feitos da administração pública, como se pode observar em: “Rio Preto apresenta escola municipal em congresso”, “Estação de esgoto já tem 46% da obra concluída”, “Edinho inaugura Agência Ambiental”, “Prefeitura quer reforma e melhoria de moradias”, “Saúde quer vacinar 66 mil cães e gatos”, “Prefeito Edinho e Rodrigo Garcia anunciam hospital da Região Norte”, “Marinho aprova projetos e asfalta vicinal”, “Pedro Roberto foi à Justiça por asfalto na região”, “Reforma do Palácio das Águas”, “Piacenti consegue praça no São Deocleciano”.

Temos que os locutores dos enunciados, enquanto locutores-jornalistas, se dirigem aos moradores para divulgar o trabalho do poder público. Ou seja, os locutores enunciam a partir da posição da administração pública.

Os sujeitos-moradores da Zona Norte são o público-leitor do periódico e o cotidiano dos bairros aparece a partir do ponto de vista administrativo, das obras da prefeitura e da câmara de vereadores. O funcionamento do jornal está ligado ao poder público, aos sentidos que a administração pública organiza para o espaço urbano.

Entre as edições analisadas, no entanto, há um título que traz um discurso de reivindicação dos sujeitos-moradores (outubro/2007): “Lideranças reclamam saúde e educação”, em que dois membros de associações de bairro se manifestam contra a administração pública revelando necessidades que bairros da Zona Norte enfrentam com falta de Unidades Básicas de Saúde e de oportunidades de primeiro emprego para jovens. O locutor-jornalista coloca em cena sujeitos que enunciam a partir da posição da associação (Associação de Moradores Resgate da Cidadania), ou seja, que falam em nome de uma coletividade organizada em torno da associação que os representa.

Em seu texto sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado (doravante, AIE), Althusser (1983) afirma que a imprensa, o rádio e a televisão compõem os AIE de informação. Assim como os demais AIE, o de informação tem por função contribuir para a reprodução das relações de produção. Eles “representam a *forma* pela qual a ideologia da classe dominante deve necessariamente se realizar, e a forma com a qual a ideologia da classe dominada deve necessariamente medir-se e confrontar-se” (ALTHUSSER, 1983, p. 107).

O filósofo também afirma que os AIE são, em sua maioria, de domínio privado, mas que o que mais interessa é seu *funcionamento*, já que “instituições privadas podem perfeitamente ‘funcionar’ como Aparelhos Ideológicos do Estado” (idem, p. 69).

O que precede nos permite afirmar que o Jornal Região Norte, imaginariamente, é uma instituição que representa os interesses dos moradores da Zona Norte da cidade e funciona contribuindo com a reprodução da ideologia dominante: a do poder público. Ou seja, filia-se ao discurso de organização da cidade. Há um jogo de lugares discursivos que podem estar em confronto, como nas matérias de outubro de 2007 que criticam o então prefeito e reivindicam necessidades dos bairros, mas mesmo esse confronto é importante para a reprodução e circulação da ideologia dominante.

Quanto aos autores que assinam as matérias, temos que muitos são ligados, de certa maneira, ao poder público:

- i. Edinho Araújo, o próprio prefeito. Salientamos que em momento algum o jornal remete o prefeito a um partido político, o que entendemos como mais um funcionamento ideológico que naturaliza a relação de Araújo com a política partidária. O que interessa nesse discurso não é que ele faz parte de algum partido, mas que ele é o representante do poder executivo, é quem ocupa a posição que lhe autoriza a falar sobre educação, saúde, saneamento etc.
- ii. Luis Fernando China, à época, acessor de imprensa de Edinho Araújo;
- iii. Glaucia Lacerda, jornalista da TV Câmara de São José do Rio Preto;
- iv. Marcos Lock, jornalista e, à época, professor universitário na cidade;
- v. Liza Mirella, jornalista da Folha da Região (Araçatuba) e do Jornal Bom Dia (SJRP);
- vi. Mario Soler, jornalista e escritor, autor da biografia política de Edinho Araújo;

- vii. Liszt Abdala Martingo, empresário, então vice-presidente da Associação Industrial de Rio Preto (ACIRP) e diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).
- viii. Ana Luiza Zenker e Aline Beckstein, ambas da Agência Brasil, ligada à Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Por fim, podemos ainda retomar um conjunto de marcas que nos parecem relevantes para a análise que propomos: a sintaxe empregada nos enunciados que intitulam as matérias. Alguns desses enunciados são formulados como descrições, empregando sobretudo sintagmas nominais e predicados nominais, como se observa em:

“Compromisso pela educação”
 “Crédito para associados”
 “Ete é a maior obra do ramo na América do Sul”
 “Abdanur é nomeado secretário da habitação”
 “Questão de ordem”
 “Reforma do Palácio das águas”
 “Todo cuidado com nossa caixa d’água”
 “Novos reservatórios em 6 bairros”
 “Embarques, desembarques e 35 anos de história”.

Podemos dizer que nesses casos há um locutor-jornalista, responsável pelos títulos das matérias. O efeito desses títulos nos parece ser o de fornecer os elementos das cenas enunciativas (de quem se fala, o que se fala, como se fala, de onde se fala) e, ao mesmo tempo, os sentidos para elas a partir de um discurso da organização do espaço urbano (seja pela educação, seja pela infra-estrutura, seja pelo saneamento).

Já os enunciados formulados com predicados verbais chamam atenção pela construção: x SV y , em que x representa os sujeitos (instituições ou sujeitos públicos) e y os objetos. Destacamos alguns exemplos:

“Prefeitura **quer** reforma e melhoria de moradias”
 “Saúde **quer** vacinar 66 mil cães e gatos”
 “Jorge Menezes **quer** uma árvore para cada carro”
 “Rio Preto **apresenta** escola municipal em congresso”
 “Marinho **aprova** projetos e asfalta vicial”
 “Lideranças **reclamam** saúde e educação”
 “Pedro Roberto **foi** à justiça por asfalto na região”
 “Menezes **consegue** calçada para o Antonieta, Parque Infantil e retorno de ônibus”
 “Piacenti **consegue** praça no São Deocleciano”
 “Edinho **inaugura** Agência Ambiental”

Observamos que, nos enunciados acima, os sujeitos autorizados discursivamente pelas relações de força a *querer*, *apresentar*, *aprovar*, *conseguir*, *inaugurar* são aqueles ligados à administração pública, à organização urbana: o prefeito, os vereadores, o secretário da saúde. Essas são as posições-sujeito que desejam, decidem e inauguram. À posição-sujeito *lideranças* (representantes de bairro, Francisco Horácio Filho e por Bruno Rafael Victorino) cabe outra função nas relações de poder hierarquizadas de nossa sociedade: *reclamar*. Lembramos aqui que, Orlandi (2002, p. 39) ao refletir sobre a noção de relações de força afirma que “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”.

Nesse caso, há ainda o fato de que podemos observar que o jornalista, na estrutura enunciativa, assume a posição de L₁ que, por sua vez, traz para o fio do discurso as vozes ora de sujeitos ligados à administração pública, ora de moradores (L₂). Ele promove esse jogo heterogêneo, mas percebemos que ele filia-se à posição do discurso administrativo, pois o espaço enunciativo conferido aos moradores é de menor expressão que o destinado à administração, construindo o efeito de eficiência do poder público frente às poucas falhas ainda existentes na organização da cidade.

Passemos, na seção seguinte, à análise das matérias do Jornal Região Norte observando como alguns desses discursos (educação, saneamento básico e moradia) são postos em circulação no periódico.

3.1.2 Matérias

O contato com o material de análise, bem como o estudo preliminar dos títulos das matérias, mostrou-se relevante para fazermos uma análise dos discursos presentes nas matérias das três edições do Jornal Região Norte analisadas. Esses discursos vão organizando os dizeres nos jornais e, ao fazer isso, organizam também os sentidos do espaço urbano recortado pelo jornal.

Recortamos para esta análise os discursos sobre: i. educação; ii. saneamento básico e moradia. Optamos por este recorte por serem discursos recorrentes no *corpus* de redações dos alunos-moradores da Zona Norte, analisado no capítulo precedente. Nosso objetivo é relacionar os dois materiais observando as regularidades e os deslocamentos discursivos.

3.1.2.1 Educação

Há sete matérias que tratam de educação no Jornal Região Norte, como podemos observar abaixo:

“Compromisso pela educação”	Junho/ 2007
“Escolas da cidade recebem prêmio nacional”	Junho/ 2007
“Rio Preto apresenta escola municipal em congresso”	Junho/ 2007
“Alunos do Projeto Pescar iniciam estágio”	Junho/ 2007
“Lideranças reclamam saúde e educação”	Outubro/ 2007
“Começam as inscrições para o projeto ‘agente jovem’”	Dezembro/2007
“Adahir Guimarães Fogaça ¹³ dá show de civilidade, elegância e requinte”	Dezembro/2007

Figura 8: Matérias relacionadas a Educação no Jornal Região Norte

¹³ Adahir Guimarães Fogaça é o nome de uma escola municipal riopretense localizada no Bairro Eldorado na Zona Norte.

Entre as matérias listadas, apenas uma é assinada, a primeira. Trata-se de um artigo do prefeito Edinho Araújo falando sobre a educação do município e sobre o prêmio nacional recebido. As demais não são assinadas e a matéria “Lideranças reclamam saúde e educação” traz como enunciadores-individuais dois moradores membros de associações de bairros.

Em seu texto, Araújo fala, a partir da posição de prefeito, do prêmio nacional que a educação do município recebeu por atingir uma nota acima da média nacional para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Araújo destaca entre as escolas municipais as duas que tiveram os maiores desempenhos, “equivalentes aos de países desenvolvidos”: Lydia Sanfelice (Jardim Boa Vista - Centro) e Norberto Buzzini (Jardim Yolanda – Zona Sul). Ele estabelece um paralelo entre a educação municipal e a nacional e seu discurso caminha para a afirmação de que a educação de São José do Rio Preto está à frente da média nacional de acordo com a pontuação de todas as escolas do município, que ultrapassaram essa média.

Ao explicar as razões que levaram a esse resultado, Araújo salienta o trabalho da prefeitura, as obras que foram realizadas e os investimentos:

Cuidamos dos prédios, pois é importante oferecer às crianças experiências significativas em espaços educativos. O número de reformas já ultrapassou o número de escolas, são 116. Este ano, estão em andamento 29 obras, entre elas a construção de três creches, uma escola municipal e cinco quadras esportivas. Investimentos que ajudarão a zerar o déficit de vagas. Servimos 125 mil merendas/ dia; 8.567 alunos são transportados, inclusive 590 crianças da Educação Infantil. Esta estrutura não teria significado se não estivesse refletindo diretamente na qualidade do ensino oferecido aos 37 mil alunos das escolas municipais.

Araújo traz para seu discurso argumentos numéricos que acabam construindo o sentido da concretude do trabalho da administração pública. Ao falar sobre a educação do

município, a partir da posição de prefeito, o que predomina é a discursividade administrativa, as obras e investimentos: prédios, reformas, merenda e transporte.

Num movimento de circularidade, em que uma matéria aponta para outra no interior da mesma edição, há um texto que noticia a premiação que a educação municipal recebeu: “Escolas da cidade recebem prêmio nacional”. À direita do texto verbal, encontra-se uma foto do então presidente Lula, em primeiro plano, ao lado de Edinho Araújo com a seguinte legenda: “Prefeito Edinho Araújo conversa com o presidente Lula durante premiação no Palácio”.

O texto é formulado em terceira pessoa, por um locutor-jornalista e explica a importância da premiação para o município (“O Ideb colocou Rio Preto ao lado de Joinville (SC), São José dos Campos e Jundiaí, como exceção entre as cidades com mais de 20 mil estudantes, por conseguir manter um padrão elevado na qualidade de ensino”) e para o país (“Os sistemas terão de atingir metas de qualidade para que nos próximos 15 anos o Brasil alcance nota seis no Ideb”).

O locutor fala ainda sobre os investimentos do governo federal por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e ressalta que Rio Preto será beneficiada com R\$ 39 milhões para investimentos na educação.

Em nenhum dos dois textos em que se fala sobre a educação municipal, ambos a partir da posição administrativa, seja o locutor-prefeito, seja o locutor-jornalista, se fala da situação específica das escolas da Zona Norte. No segundo caso, além da divulgação dos resultados do município de maneira geral, ainda há a divulgação de programas federais. A educação municipal é tomada pela média de todas as escolas, de maneira ainda mais generalizada, como notamos em: “Não há, por exemplo, capital com Ideb superior a 5. As

notas variam de 2,8 a 4,7. Rio Preto obteve nota 5,2, ou seja, muito próximo da meta de 6, o que deve atingir muito antes do prazo determinado pelo Ministério da Educação.”.

Ainda na mesma edição (junho de 2007), destacamos o texto: “Rio Preto apresenta escola municipal em congresso”. Escrito por um locutor-jornalista, o texto fala sobre trabalho desenvolvido em parceria entre a Faperp (Fundação de apoio à pesquisa e extensão de São José do Rio Preto), a Unesp e a Escola Municipal de Educação Infantil Célia Homsí de Melo, situada do bairro João Paulo II (Zona Norte) que foi apresentado no I Congresso Brasileiro de Educação realizado na Unesp de Bauru.

O locutor-jornalista destaca as “ações” desenvolvidas na escola:

seleção de profissionais para atuar na escola; reformas e adequações das instalações às normas em vigor para funcionamento das instituições de Educação Infantil; compra de materiais didáticos e brinquedos para a faixa etária de 0 a 5 anos; compra de livros para uso pelas professoras, monitoras e coordenadora; impressão de exemplares do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) para as professoras e coordenadora; organização da comissão de mães; participação da EEI em projetos da Secretaria Municipal de Educação; organização de atividades de formação continuada para as profissionais da instituição; divulgação da EEI na mídia local e no congresso.

Fala-se da educação em relação à Zona Norte, tomando especificamente o caso da escola Célia Homsí. Mas, à diferença dos textos anteriores, há ainda o fato de que quando se trata de uma instituição da Zona Norte as ações não estão ligadas diretamente à administração municipal, mas à Universidade e à Faperp, órgão financiador de pesquisa no município.

As melhorias destacadas neste enunciado não foram realizadas pela administração pública, no entanto, ao aparecerem na mesma edição em que aparecem os dois textos analisados anteriormente, notamos um funcionamento do jornal voltado a noticiar esse fato como consequência das melhorias na educação por meio das ações da prefeitura, uma vez

que são divulgadas compras de materiais e reformas do espaço físico, como destacamos acima, sem a especificação da origem desses recursos.

Destacamos, porém, que há um funcionamento discursivo diferente ao noticiar trabalhos realizados na escola da Região Norte e nas escolas das outras regiões do município. Nos textos anteriores, os resultados positivos que destacaram a cidade nacionalmente, partiram de ações diretamente ligadas à prefeitura e à figura do então prefeito Edinho Araújo. Já a escola Célia Homsí obtém melhorias por meio de parcerias institucionais que estão voltadas à pesquisa e a resultados que interessam à Universidade, no caso a UNESP (*campi* de São José do Rio Preto e de Bauru). Para que a escola pudesse participar do programa “Universidade-escola” teve que obedecer a alguns critérios acadêmicos, como: “relevância e pertinência para a área, riqueza na elaboração do texto e no relato da experiência, consistência e rigor na argumentação, criatividade na metodologia e originalidade na contribuição para a área.” Sendo assim, a escola obteve destaque por obedecer aos critérios estabelecidos pelas instituições organizadoras do projeto.

A educação profissionalizante também é tratada em um dos textos da edição de junho de 2007: “Alunos do Projeto Pescar iniciam estágio”. É uma matéria sobre o Projeto Pescar, desenvolvido por meio de uma parceria entre o CIESP (Centro das Indústrias do estado de São Paulo) e a APETI (Associação dos Profissionais e Empresas de Tecnologia da Informação). Mais uma vez, notamos iniciativas educacionais partindo de parcerias com instituições que não fazem parte da administração pública do município. Apesar de o projeto voltar-se à população carente, não foram especificadas as regiões onde foi realizada a seleção: “O projeto Pescar selecionou 20 adolescentes entre 16 e 19 anos, que fazem parte de famílias carentes em Rio Preto.”.

O objetivo do projeto é auxiliar jovens a conseguirem uma vaga no mercado de trabalho: “Atualmente são 41 voluntários que desenvolvem variados temas.”. Quando se trata

da periferia, a educação deixa de ser apenas questão de administração pública, passa a ser atravessada pelo discurso das parcerias, do voluntariado e do assistencialismo.

Já na edição de outubro de 2007, no texto “Lideranças reclamam saúde e educação”, o locutor-jornalista põe em cena dois enunciadores sujeitos-moradores da Zona Norte de São José do Rio Preto: Francisco Horácio Filho Fernandópolis e Bruno Rafael Victorino Correa.

Para Francisco, que representa os moradores da Zona Norte por meio da *Associação de Moradores Resgate da Cidadania* (que reúne os bairros José da Silva, Anieli, Laranjeiras, Atlântica e Vila Romana), “Somos obrigados a recorrer às unidades de saúde do Solo Sagrado e Eldorado e faltam escolas municipais para atender crianças a partir dos 6 anos.”. No texto “Compromisso pela educação”, o prefeito Edinho Araújo apresenta diversos números em investimento na educação municipal, como se fossem suficientes para que não houvesse problemas ou déficits.

Já Bruno, também morador da Zona Norte de São José do Rio Preto, está, junto com jovens carentes, reivindicando projetos para o auxílio do primeiro emprego. “Segundo ele, sem um programa estabelecido de estágios e oportunidades para os jovens, os adolescentes, quando conseguem alguma colocação, têm sido explorados em bicos que pouco acrescentam à formação profissional.”. Essa crítica de Bruno dialoga com o discurso dos textos “Alunos do projeto pescar iniciam estágio” e “Começam as inscrições para o projeto ‘agente jovem’”, publicados na edição de dezembro de 2007.

Os discursos desses dois moradores se relacionam aos analisados até o momento negando-os. Ou seja, enquanto o discurso administrativo salienta números positivos e premiações na Educação do município, seja a regular, seja a profissionalizante, o discurso dos moradores vem introduzir uma falta. Essa falta relaciona-se, justamente, ao contexto da Zona Norte e, como dissemos acima, o discurso administrativo apaga as diferenças existentes

no espaço urbano e a Educação premiada do município sobredetermina toda a educação municipal, construindo um apagamento dessa falta.

Podemos compreender a relação entre o discurso desses moradores, que enunciam a partir da posição de representantes de Associações de Moradores da Zona Norte, e o discurso do locutor-prefeito e do locutor-jornalista, ambos enunciados a partir da posição administrativa, como polêmica. De acordo com Orlandi (2002, p. 86-87), os discursos podem ser divididos em autoritários, polêmicos e lúdicos. O discurso polêmico é aquele em que o “referente é disputado pelos interlocutores, e estes se mantêm em presença, numa relação tensa de disputa pelos sentidos” (p.87).

No caso analisado, podemos dizer que há um certo controle da polêmica pelo jornal. Vimos que a maior parte dos discursos presentes no periódico constrói-se a partir da posição administrativa e acaba mostrando aos leitores os feitos da Administração Pública. O jornal, ao trazer o discurso dos representantes das Associações, põe em presença duas posições diferentes que disputam os sentidos para a educação no município. Mas ao mesmo tempo em que dá voz à reivindicação dos moradores mostra o trabalho da administração: descortina a falta ao mesmo tempo em que a anula.

Passemos ao artigo “Começam as inscrições para o projeto ‘agente jovem’”, de dezembro de 2007. Fala-se sobre o Projeto Agente Jovem, desenvolvido pela administração pública por meio do Crami (Centro Regional de Atenção aos maus-tratos na infância) em parceria com o Governo Federal. “O objetivo é implantar o conceito de protagonismo juvenil, onde os adolescentes recebem capacitação por meio de palestras educativas e cursos específicos (...). Os jovens também são inseridos em projetos de apoio à comunidade nas áreas de Saúde, Meio Ambiente, Educação e Cultura.” Além disso, são citados alguns bairros que são localizados na Região Norte, especificando que os jovens dessa parte da cidade estão recebendo os incentivos advindos do Projeto Agente Jovem: “O projeto é destinado aos

jovens que residem nos bairros com núcleos e Centros de Referência da Assistência Social, como Solo Sagrado, João Paulo II, Parque da Cidadania e mais os que ficam na vizinhança.” São todos bairros localizados na Zona Norte da cidade e, mais uma vez, vemos que Educação na periferia é questão de assistência social.

Deter-nos-emos agora na matéria publicada também em dezembro de 2007:

“Adhair Guimarães Fogaça dá show de civilidade, elegância e requinte” em que se lê:

Grandiosa festa com cardápio dos deuses, decoração belíssima e muito bem elaborada. Show de tequileiros e bar tenders. Dj com equipamentos de última geração. Enfim não faltou nada. Uma festa alegre, um exemplo de integridade, amizade e organização. A festa foi organizada sem nenhum tipo de patrocínio, provando mais uma vez que o que faz a festa é a perseverança. (grifos nossos)

Notamos, na marca linguística “civilidade”, que há uma memória sobre a Zona Norte de falta de civilidade, já que em uma matéria sobre uma festa de formatura “civilidade” é uma palavra que irrompe causando certo estranhamento por não ser usual na descrição desse tipo de evento social. É preciso mostrar em uma festa que existem características de civilização na Zona Norte? A marca indica uma forma de silenciarmos todos sentidos de violência que em geral atravessam os discursos sobre essa região da cidade. Além disso, a Zona Norte precisa provar sempre alguma coisa, mesmo se tratando de uma festa de formatura. A nota ressalta que a escassez de recursos não impediu a organização do evento, que foi marcado pela “integridade”. Estariam “integridade” e “civilização” presentes em discursos sobre festas e eventos fora desse espaço da cidade? O espaço destinado à “coluna social” da Zona Norte parece, assim como vimos no *corpus* de redações, negar um discurso que circula sobre a Zona Norte. É preciso reafirmar a não-violência, a superação, a civilidade, a perseverança.

A partir das análises acima, notamos que quando os textos do Jornal Região Norte, que tratam de Educação, apresentam por locutor (L_1) jornalistas ou representantes da administração pública, a situação das escolas da Região Norte aparece dentro das estatísticas gerais. Há aqui uma sobredeterminação da Educação “premiada” sobre toda a educação municipal. Além disso, quando se trata da Zona Norte, há iniciativas que auxiliam os jovens com cursos e oportunidades no mercado de trabalho, mas notamos nesse caso um tom assistencialista, as iniciativas são sempre em forma de parcerias.

Já quando L_1 traza voz dos moradores da Região Norte (L_2), o cenário não é bem assim. As reivindicações dos moradores, publicadas no jornal por meio de representantes de associação de bairro, mostram que essas necessidades na área da Educação não são supridas pela administração pública, que há faltas.

Na sequência, analisamos as matérias ligadas a moradia e saneamento básico. Vejamos qual a imagem que o jornal constrói da Zona Norte e dos sujeitos- moradores nesse sentido.

3.1.2.2 Moradia e Saneamento

As matérias organizadas em torno da discursividade *Moradia e Saneamento* no Jornal Região Norte são:

“Estação de Esgoto já tem 46% da obra concluída”	Junho/ 2007
“Edinho inaugura Agência Ambiental”	Junho/ 2007
“Prefeitura quer reforma e melhoria de moradias”	Junho/ 2007
“ETE é maior obra do ramo na América do Sul”	Outubro/ 2007
“Menezes consegue calçada para Antonieta, parque infantil e retorno de ônibus”	Outubro/ 2007
“Pedro Roberto foi à justiça por asfalto na região”	Outubro/ 2007
“Esgoto tem 75% das obras prontas”	Dezembro/2007

Figura 9: Matérias relacionadas a moradia e saneamento no Jornal Região Norte

Ao analisarmos as matérias publicadas no mês de junho de 2007, notamos uma semelhança com as matérias sobre *Educação*. As três matérias (“Estação de esgoto já tem 46% da obra concluída”, “Edinho inaugura Agência Ambiental” e “Prefeitura quer reforma e melhoria de moradias”) estão funcionando discursivamente como divulgação dos feitos da prefeitura. A obra da Estação de Esgoto (ETE) tem grande destaque em todos os jornais analisados por ser “considerada a maior obra de tratamento de esgoto em construção em toda a América Latina”.

O texto “Estação de Esgoto já tem 46% da obra concluída” é escrito por um locutor-jornalista que coloca em cena os enunciadores Edinho Araújo, então prefeito da cidade, e Rodrigo Garcia, então deputado estadual. Nota-se que grande parte do discurso está voltado para dar voz a esses políticos, que destacam obras de significação para a cidade de uma maneira geral. Para o deputado Rodrigo Garcia “é uma obra para o futuro. Significa saúde para Rio Preto, qualidade de vida para a população e um desafio que vem sendo superado pela administração pública.”. Edinho Araújo generaliza a obra destacando o cumprimento do calendário para a entrega da Estação de Tratamento: “continuamos avançando. Fico muito feliz por saber que o cronograma está sendo cumprido e que as obras seguem aceleradas.”. Ambos enunciadores falam a partir da posição administrativa, centrada na organização do urbano e atravessada pelo discurso ecológico.

No texto “Edinho inaugura Agência Ambiental”, o locutor-jornalista trata novamente das questões da Estação de Tratamento de Esgoto. Segundo o locutor, devido a essa obra, o município foi merecedor de uma Agência Ambiental Unificada da Cetesp (Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental) e do DEPRN (Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais). Notamos uma regularidade, uma vez que há a divulgação da ETE e das obras da prefeitura pelo locutor-jornalista, assim como nos textos anteriores.

Uma outra regularidade que podemos apontar no material de análise é o atravessamento pelo discurso ecológico, uma vez que da posição de presidente da Cetesb, Fernando Rei, destaca ações de gestão ambiental, como notamos nos trechos “Estamos cumprindo um capítulo do novo modelo de Gestão Ambiental. Com esse trabalho, vamos redimensionar as atividades da Cetesb e DEPRN, integrando as equipes e afinando os procedimentos”.

O mesmo se passa quando o locutor-jornalista põe em cena o enunciador secretário de Estado do Meio Ambiente, Xico Graziano:

A burocracia para a licença ambiental sempre foi motivo de muitas reclamações por parte dos empreendedores. Por isso, estamos com esse novo modelo de gestão. Os desafios são grandes, mas vamos superá-los. Essa unificação nos prepara para cada um deles. Estamos querendo fazer a pedagogia do meio ambiente. (...) O mundo diz não às queimadas. Vamos resolver essa questão. A partir de 2008, vamos acompanhar cada centímetro de cana plantado no Estado. E as queimadas não mais acontecerão.

Deixando um pouco de lado a questão da Estação de Tratamento de Esgoto, temos, ainda na edição de junho de 2007, um texto que trata de moradia: “Prefeitura quer reforma e melhoria de moradias”. Temos um texto relacionado aos bairros da Região Norte, no entanto, mais uma vez, está voltado para ações da prefeitura sem que apareçam sujeitos enunciadorees moradores da região. Não há especificações sobre as casas ou sobre o tipo de benefícios que serão concedidos, relacionando-os às necessidades da população. O texto novamente generaliza falando apenas em reformas e ampliações em bairros da Região Norte ou que fazem parte do programa de *desfavelamento* do município.

As famílias inscritas receberão um financiamento no valor de R\$10,4 mil parcelados em 60 meses, com mensalidades equivalentes a 10% do salário mínimo. Nesse valor estão incluídos: os materiais de construção necessários e a mão-de-obra para a realização da reforma.

Os textos publicados na edição de outubro de 2007 continuam divulgando a construção da Estação de Tratamento de Esgoto e a matéria “ETE é maior obra do ramo na América do Sul”, além de tratar da utilidade da obra, traz números para especificar a sua dimensão. O texto começa falando da localização da Estação, na Região Norte, dando referências de lugares bastante significativos na construção da imagem que se faz da região (“na estrada para Ipiguá, em frente à Febenzinha e à Central de Reciclagem”). Notamos que o local para a construção da Estação se dá pelo fato da Região Norte poder abrigar uma obra deste porte, que prejudicaria o espaço dos bairros mais centrais. Além disso, por parte do prefeito Edinho Araújo, ainda temos a discursividade da ecologia e preservação do meio ambiente como “resgate”: “Cidade com tratamento ganha em saúde preventiva, se torna mais competitiva para atrair empresas de tecnologia e resgata a dívida ambiental acumulada desde a fundação da cidade.”.

Após mais essa reportagem a respeito da Estação de Tratamento, temos, na edição de outubro de 2007, dois textos que estão relacionados a melhorias de infraestrutura específicas em bairros da Região Norte. No primeiro, “Menezes consegue calçada para o Antonieta, parque infantil e retorno de ônibus”, temos destaque a três obras realizadas a partir das iniciativas de um vereador e vice-presidente da câmara, Jorge Menezes. Esse texto também parte da divulgação de feitos políticos. O texto é um discurso de solicitação do vereador, como podemos notar nas marcas “O vereador solicitou”, “atendendo pedido do vereador”, “após solicitação do vereador”, “O vereador solicitou também”, “Outra reivindicação do vice-presidente, Jorge Menezes” (grifos nossos).

No texto seguinte “Pedro Roberto foi à Justiça por asfalto na região”, na mesma edição, temos mais melhorias relacionadas às reivindicações de outro vereador, Pedro Roberto Gomes, que, apesar de se reunir com moradores da região, apenas “informa” os seus feitos, sem que haja efetiva participação dos sujeitos moradores, como notamos no trecho

Para tratar desse assunto o vereador Pedro Roberto se reuniu com um grupo de moradores no mês de maio na residência do senhor Vanildo Pereira da Silva, na rua João Lourenso nº 516, para informar da decisão judicial em favor do bairro, quanto ao recapeamento do asfalto do qual o vereador vinha há tempo exigindo que fosse feito. Valeu a luta, hoje este benefício é realidade. (grifos nossos).

Já a edição de dezembro de 2007 traz a matéria: “Esgoto tem 75% das obras prontas”. O texto retoma o mesmo discurso de divulgação da administração pública do município, no entanto, traz números mais precisos relacionados aos custos da obra e ao volume de esgoto que será tratado. O que chama a atenção no texto é a localização da Estação de tratamento de água. Na matéria “ETE é maior obra do ramo na América do Sul”, a ETE é localizada entre o centro de reciclagem e a Febenzinha. Já nesta matéria, o Centro de Reciclagem tem o nome completo e a Febem não é citada, como notamos em: “O canteiro de obras está instalado na estrada vicinal que liga Rio Preto a Ipiguá, em frente à central de Reciclagem de Resíduos Sólidos.”. Mais uma vez, bairros da região Norte não aparecem necessariamente como beneficiados. Os números são relacionados ao município de maneira geral e mais uma vez notamos o discurso ecológico: “O sistema foi projetado para tratar o esgoto e devolver a água ao rio Preto com até 95% de pureza, o que fará com que o nosso principal rio recupere a vida.”

3.1.3 Jornal Região Norte: sujeito-morador e administração pública

Nas seções anteriores, analisamos um recorte dos títulos e das matérias que compõem as edições de junho, outubro e dezembro de 2007 do Jornal Região Norte. O recorte baseou-se na predominância de duas discursividades (Educação e Saneamento e Infraestrutura), em cujo funcionamento chamou-nos atenção, com relação ao sujeito-morador

da Zona Norte, um certo controle da polêmica e, com relação aos sentidos da Zona Norte, uma sobre-determinação da cidade de modo geral e um atravessamento do discurso ecológico.

O jornal Região Norte apresenta, como uma regularidade, enunciadores da posição administrativa que divulgam, a partir dessa posição, os feitos e as obras da prefeitura de São José do Rio Preto de uma maneira geral (reformas e construção de escolas, prêmios recebidos, construção da ETE, reforma de praças públicas, entre outros).

Apenas uma matéria (“Lideranças reclamam saúde e educação”) apresenta como enunciadores sujeitos-moradores da região, postos em cena pelo locutor-jornalista. Entendemos esse fato como uma marca do discurso polêmico, em relação à disputa de sentidos para Educação e Saúde nessa região. De um lado, há uma série de matérias, a partir da posição administrativa ressaltando a qualidade do ensino no município, de outro, as reivindicações dos sujeitos-moradores. O próprio funcionamento do jornal tenta manter a polêmica controlada, de certa forma, até diluída: dá voz ao anseio dos moradores e divulga o trabalho da administração. Como dissemos acima, há um jogo entre a falta e a completude.

A Região Norte, por ser significada a partir de enunciadores da posição da administração pública, aparece, em um sentido sócio-histórico amplo, como parte do todo da cidade e esta, por sua vez, é um lugar bem estruturado, sem grandes problemas, uma vez que há educação de qualidade (“Escolas da cidade recebem prêmio nacional”, “Rio Preto apresenta escola municipal em congresso”) e infra-estrutura de qualidade (“Estação de esgoto já tem 46% de obra concluída”, “Menezes consegue calçada para Antonieta, parque infantil e retorno de ônibus”).

Como efeitos disso temos, de um lado, o apagamento de possíveis problemas que a Zona Norte possa ter (e quando eles aparecem, estão em relação com as obras da administração), de outro, uma sobre-determinação da organização urbana como um todo sobre a ordem da cidade.

Por fim, notamos que, entre as análises desse jornal e as análises das redações apresentadas no capítulo anterior há uma certa tensão polêmica. No primeiro capítulo, temos como locutores sujeitos-moradores da Região Norte, alunos da E.M. Darcy Ribeiro, Jardim Santo Antônio, que apresentam diversos problemas em um contexto sócio-histórico mais estrito (violência, tráfico e precariedade das habitações e da infra-estrutura em alguns bairros que compõem a Zona Norte), enquanto este segundo capítulo, ao apresentar a Região como parte da cidade, em um sentido mais amplo, silencia esses problemas em favor da imagem de cidade *bem organizada*, bem administrada e planejada. Apontamos, assim, para uma tensão entre *ordem* e *organização*, entre o real de uma parte da cidade, com seus dilemas e suas particularidades e as “ilusões (eficazes) da urbanidade” (ORLANDI, 2004, p. 35).

3.2 Projeto Diário nos Bairros: do púlpito ao palco

Passemos às análises da seção “Diário nos Bairros” publicada no Jornal Diário da Região de São José do Rio Preto. Essa seção circulou entre 2005 e 2007 e se propôs a visitar um bairro por semana na cidade e a ouvir os sujeitos-moradores, mostrar as condições do bairro e sua história. Como citado anteriormente, o objetivo que o jornal declara ter é “mostrar os problemas que incomodam o cotidiano dos moradores e cobrar soluções dos órgãos responsáveis”.

Nosso recorte nesta seção limita-se: i. à edição de apresentação do projeto (14/08/2005); ii. à centésima edição (18/07/2007), em que se faz um balanço das reportagens feitas até o momento; iii. à primeira reportagem feita no Eldorado, correspondente à primeira fase do projeto (24/08/2005); iv. à segunda reportagem no Eldorado, correspondente à segunda fase do projeto (04/04/2007). Objetivamos criar uma circularidade no *corpus* que nos permita o cotejo entre as análises dessa diversidade de materiais, considerando que o Bairro

Eldorado aparece no *corpus* de redações e nos dois jornais analisados. Também queremos observar os propósitos levantados na apresentação e sua relação com o trabalho feito pelo jornal.

O objetivo geral de análise segue o mesmo perseguido até aqui: compreender os sentidos constituídos pelo discurso deste jornal para alguns bairros da Zona Norte, bem como para os sujeitos-moradores, por meio da análise das condições de produção, da formulação e da enunciação.

Para tanto, na sequência, falaremos a respeito do Projeto Diário nos Bairros e da coleta do material. Em seguida, analisaremos a primeira e a centésima edições observando a posição do jornalista, articulando atos de enunciação como mediador e a tensão que a posição envolve. Por fim, analisaremos as duas edições em que o objeto das reportagens foi o Bairro Eldorado, procurando compreender possíveis deslizamentos de sentido, conforme se enfoque os “problemas” ou o “cotidiano” dos sujeitos-moradores.

3.2.1 A série Diário nos Bairros

A série “Diário nos Bairros”, como já dito, circulou no caderno “Cidades” do Jornal Diário da Região de São José do Rio Preto, de circulação regional e tiragem média de 25 mil exemplares, entre 2005 e 2007 nas edições de quarta-feira. O jornalista responsável foi Raul Marques, que visitou os bairros, entrevistou moradores e registrou espaços e sujeitos.

Segundo o jornalista responsável (edição de 18/07/2007), o projeto teve duas fases: a primeira, de agosto de 2005 a março de 2007, esteve focada nos “problemas que atrapalhavam o dia-a-dia”; a segunda, de abril de 2007 em diante, objetivou “contar a história dos bairros, jogar luz sobre grandes exemplos de vida e revelar preciosidades”. Sendo assim, os bairros foram revisitados pela reportagem com olhares diferentes, primeiramente

aravessados por um discurso de denúncia e depois pelas peculiaridades, em alguns casos apontando para o discurso do exótico.

Tivemos acesso às edições que compõem nosso *corpus* no Arquivo Público Municipal de São José do Rio Preto, que abriga a Hemeroteca Pública Municipal Professor Dario de Jesus. A Hemeroteca está digitalizando seu acervo, começando pelos jornais do século XIX, portanto, o Diário da Região apenas está disponível em papel. Pedimos permissão para fazer as cópias que se encontram em anexo ao final deste trabalho, bem como fotos digitais dos jornais que eventualmente serão usadas ao longo deste capítulo.

A Hemeroteca Pública não dispunha de todas as edições, então pesquisamos também no arquivo do Diário da Região. O acervo também não está digitalizado, mas está organizado em encadernações semestrais e guardado em uma sala preparada para a conservação dos materiais. Com o auxílio de um estagiário, pudemos fotografar a primeira edição (Eldorado, 24/08/2005) e a edição de apresentação do projeto (14/08/2005).

Tivemos acesso ainda à centésima edição intitulada “Diário nos Bairros chega a 100 edições”, do dia 18/07/2007, que faz uma retomada do trabalho realizado até então. Na seção seguinte, trataremos desta e da primeira edição do projeto Diário nos Bairros.

3.2.2 O jornalista e o jornalismo comunitário: a posição do mediador discursivo

Ao estudarmos a primeira edição, nos detendo em marcas linguísticas presentes nas formulações do jornalista, nos deparamos com definições do que seja o jornalismo comunitário, cuja prática é reivindicada pelos editores, e com a posição de mediador ocupada pelo jornalista.

Projeto, que começa no próximo dia 17 no bairro Eldorado, prevê **realçar laço entre o jornal e o cidadão**, além de introduzir a **prestação de serviços** em prol da comunidade, tendência mais atual do

jornalismo moderno. Todas as semanas, a reportagem do Diário vai estar em um bairro diferente para **ouvir os problemas da população e cobrar das autoridades responsáveis soluções para cada caso.**

Essa inovação que o Diário apresenta aos seus leitores é a tendência mais atual do **jornalismo moderno** focado na prestação de serviços e na extrema regionalidade na condução das reportagens – sem perder a universalidade dos temas. Falar da cidade, da vila, da rua, traz de volta o conceito do local, de certa forma esquecido face aos efeitos da globalização, principalmente nos meios de comunicação que modificaram as relações entre as pessoas na última década. (24/08/2005 – grifos nossos)

O jornal passa a assumir um papel de mediador entre o “cidadão” e as “autoridades responsáveis”. A questão é servir de ponte, de canal entre dois setores da sociedade. O jornal passa a funcionar como o púlpito das comunidades, tendo como figura articuladora o jornalista. Ele é o negociador e mantém-se na pretensa objetividade do jornalismo por meio do discurso relatado, como veremos.

O objeto de discurso desse jornalismo comunitário, levado a cabo pelo jornalista-mediador, serão os problemas do bairro. Parte-se, assim, do pré-construído de que (i). o que o cidadão tem a dizer sobre seu espaço refere-se a problemas; (ii.) sem outros espaços para que ele mesmo os diga às autoridades, é o jornal que vem ocupar essa lacuna (no papel simbólico de púlpito). Ou seja, vemos no caso (i.) uma relação com uma constante falta e insatisfação do cidadão e em (ii.) uma relação com uma conjuntura de silêncio que vem ser quebrada pela mídia.

Como desdobramento de (i.), vemos as ações do jornal acompanhadas da palavra “problema”, que é retomada por “queixas”, por “necessidades” e por “reclamação”. Ela passa a marcar o *corpus* à medida que sua recorrência nos remete a essa imagem dos bairros como problemáticos. São dez ocorrências na edição de apresentação, tais como: “ouvir os problemas da população”, “anotará as queixas, os problemas”, “entrará em contato com autoridades responsáveis pelos problemas”, “apresentar os problemas”, “o bairro e seus problemas passam a ter maior visibilidade”, “levantar os problemas”, “cobrar a resolução dos problemas”.

Além da palavra “problema”, chamamos atenção aos verbos que a acompanham nas sequências citadas. Semanticamente, eles apontam para o funcionamento da figura do mediador, daquele que leva as queixas de um grupo de sujeitos a outro grupo de sujeitos, qualificado para ouvi-las e encaminhá-las.

Com relação a (ii.), a fala de um dos moradores do primeiro bairro visitado e antecipada para a edição de apresentação aponta para uma falta de interlocução para se falar sobre o bairro: “Agora, vamos ter para quem reclamar. Vai ser muito melhor”. É como se o jornal de fato rompesse com um silenciamento, permitindo que a partir deste momento (“Agora”) e através das matérias os sujeitos-moradores possam enunciar sobre o bairro e sobre si.

Na centésima edição do projeto Diário nos Bairros, (18/07/2007), o jornalista responsável reafirma o caráter de “jornalismo comunitário” da série: “reforçar laços”. Mas acrescenta o objetivo que apenas aparece na segunda fase do projeto: mostrar o que há de especial nos bairros, como se pode observar nos enunciados:

A série de **jornalismo comunitário** “Diário nos Bairros” completa hoje 100 edições focada em **reforçar ainda mais os laços** com o rio-pretense e mostrar cada vez mais as peculiaridades e riquezas culturais, sociais e esportivas de cada localidade de Rio Preto.

O cidadão teve a oportunidade de ver as **suas solicitações, pedidos e reivindicações** publicadas.

O jornalismo comunitário praticado pelo Diário da Região **mostra a cidade como um todo**. Não enfatiza apenas um bairro, uma região ou determina classe. Todos recebem o mesmo tratamento, espaço e importância.

As idéias são as de sempre. **Cobrar os poderes constituídos e lutar pelos interesses da comunidade**, sempre com a necessidade da novidade em mente. (18/07/2007 – grifos nossos)

Ao colocar-se na posição autorizada a *reforçar, mostrar e cobrar*, o jornalista assume o papel de mediador entre os sujeitos-moradores e o governo. E, desse modo, atribui ao jornalismo uma função quase que de púlpito, em que demandas e reclamações são

expostas, ou de palco, em que peculiaridades e curiosidades são divulgadas (como pode perceber-se em subtítulo desta edição de 18/07/2007: “Destacar o que é especial e único”).

O sujeito-jornalista, responsável pela organização desses dizeres que vão construindo sentidos para os espaços da Zona Norte e para seus moradores, criticando o poder municipal e enunciando a partir do discurso jornalístico, nos oferece elementos para a compreensão de um jogo imaginário que o relaciona com os sujeitos-moradores. Considerando algumas sequências discursivas, podemos observar a imagem que o jornalista faz dos moradores (Ij (m)) e a imagem que os moradores fazem do jornalista (Im (j)).

Quando nos referimos a formações imaginárias, estamos nos remetendo ao conceito trabalhado por Pêcheux em AAD-69 (PÊCHEUX, 1993a, p.82-83). Segundo o autor, as formações imaginárias “designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.” (idem).

Partindo das sequências discursivas que ilustram o funcionamento da Ij (m), observemos:

Ij (m): “As pessoas gostam de ver as suas demandas publicadas, ter retorno aos questionamentos mais urgentes e perceber que os problemas serão resolvidos.”

“Muitas pessoas não falam com medo de se comprometer. Até para reclamar de buraco na rua há ressalva. Nem parece que os tempos da ditadura passaram. Abre-se mão de questionar, omitir a própria opinião e, quem sabe, ajudar a mudar a realidade.”

Temos que o jornal se orienta pela projeção imaginária que o jornalista faz do desejo que o morador tem, marcado pelos substantivos *demandas*, *questionamentos* e *problemas*. Ainda na Ij (m), podemos observar que a imagem de morador que o discurso do jornalista projeta está ligada ao silenciamento, ao efeito de uma interdição que o faz pressupor que os sujeitos-moradores tenham medo de se expressar. O próprio jornalista faz menção à ditadura, logo, ao silenciamento (cf. ORLANDI, 1993).

Neste trecho, chamamos atenção para um fato de linguagem que tomamos como equívoco, marcado pelo uso de *omitir* por *emitir*. Pode ser uma questão simples de erro de digitação, mas entendemos que ela pode ser compreendida como ato falho. Vejamos: “Nem parece que os tempos da ditadura passaram. Abre-se mão de questionar, omitir a própria opinião [...]”. O paralelismo sintático nos leva a crer que o enunciado permite a compreensão: *Abre-se mão de questionar, abre-se mão de omitir a própria opinião*. O deslizamento de *emitir* para *omitir* cria uma tensão entre expor e não expor o questionamento/ opinião, entre silenciar-se e não se silenciar.

Passemos à sequência discursiva referente à Im (j):

Im (j): “Encostamos, desci e antes de terminar a minha apresentação, fui brutalmente interrompido. ‘Vou chamar uns amigos para lhe dar uma surra’.”

“Depois de me apresentar, falar o nome da empresa em que trabalhava, explicar os meus objetivos e o motivo da presença no bairro, ouvi um sonoro: ‘quer levar um tiro na testa?’.”

Neste ponto, é interessante notar que se estabelece, de certa forma, uma tensão. Se o jornalista assume uma posição de mediador entre os cidadãos e as instituições responsáveis, quem legitima essa posição? De um lado, parte da comunidade legitima essa posição de jornalista-mediador ao procurá-lo acreditando que têm um espaço de interlocução para falar de si e do bairro (“Agora, vamos ter para quem reclamar. Vai ser muito melhor”); de outro, parte da população resiste, não reconhece no jornalista a legitimidade do mediador (“Vou chamar uns amigos para lhe dar uma surra”).

Poderíamos acrescentar nesse quadro de compreensão o jogo entre a imagem que uma moradora tem de si (Im (m)) e a imagem que o jornalista faz de si (I j (j)) misturada à imagem que ele faz da moradora (I j (m)), como podemos observar na sequência:

Percebi que uma mulher, de mais ou menos 30 anos, passou várias vezes perto de onde estava. Fiquei curioso. Até que ela tomou coragem e se sentou, com a companhia de uma amiga. Falou assim: ‘moço, queria reclamar. Mas não sei conversar’, **(Im (m))** com humildade incomum **(Ij (m))**. Não perdi tempo e emendei. ‘Fica tranquila. Também não sei entrevistar’ **(Ij (j))**.”

Essas sequências mostram a complexidade do *corpus*, que pode, em parte, dever-se ao fato de tratar-se do discurso jornalístico, marcado pelo trabalho com a heterogeneidade marcada, exemplificada aqui pelo discurso relatado. Dessa forma, o jogo imaginário não fica estanque, como a formalização aqui apresentada pode aparentar, mas se movimenta entre os sujeitos criando um discurso denso de imagens.

Para a compreensão do discurso relatado (doravante, DR), recorremos a Authier-Revuz (1998). Em seu estudo sobre a heterogeneidade, ela afirma que o que um DR relata “não é uma frase ou enunciado, é um ato de enunciação¹⁴” (p. 145). O discurso direto e o discurso indireto são considerados tipos de DR. Interessa-nos em especial o discurso direto, amplamente empregado na escrita jornalística, como podemos observar nos recortes acima apresentados.

De acordo com a autora (p. 149), quando se trata de discurso direto observa-se “uma ficção de apagamento, uma ostentação de objetividade no ‘eu cito’ (com valor de eu não intervenho) no momento mesmo em que o enunciador L ‘puxa a linha’ da interpretação de m pela descrição que ele dá de e; esta será sempre, inevitavelmente, parcial e subjetiva.”

Ao citar a fala dos sujeitos-moradores por meio de discurso direto, o jornalista reafirma sua posição de mediador, “dando voz” a esses sujeitos a partir de um efeito de objetividade: são as palavras dos próprios sujeitos moradores no fio do discurso. No entanto, essas “palavras”, ou seja, os atos de enunciação retomados pelo jornalista, são atravessadas pelo seu gesto de interpretação por meio de comentários:

¹⁴ Authier-Revuz (1998, p. 146) sobre *ato de enunciação*: “um ato de enunciação E, definido por um par de interlocutores L, R, uma situação SIT, com seu Tempo, seu Lugar e, entre a infinidade de dados referenciais, um acontecimento particular que é o ato de enunciação e que é objeto da mensagem M de E.” (p. 146)

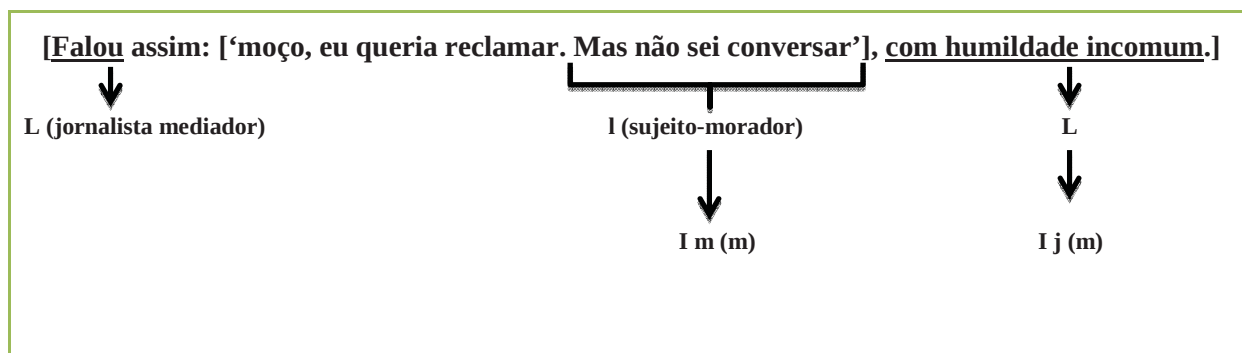


Figura 10: O jornalista como mediador

Usando o verbo dicendi (falou), o Locutor reproduz por meio do discurso direto o ato de enunciação do sujeito-morador (I) entre aspas. Em seguida, por meio da expressão de valor adverbial (com humildade incomum), ele descreve esse ato de enunciação, oferecendo, assim, uma “grade de interpretação” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.149) para os sentidos aí postos. A interpretação conduz à imagem que o jornalista faz da moradora (Ij(m)), à qual ele responde assumindo também uma posição de humildade, oferecendo de si a imagem (Ij(j)): “Também não sei entrevistar”.

3.2.3 Bairro Eldorado: entre a notícia e a crônica

Conforme exposto acima, o Projeto Diário nos Bairros teve duas fases, uma ligada aos problemas do espaço urbano e outra às peculiaridades do cotidiano dos bairros. Para compreender esses dois momentos, recortamos para a análise as duas edições relacionadas ao Bairro Eldorado, a primeira de 24/08/2005 e a segunda de 04/04/2007.

Nossa questão diante dessas duas edições era a de analisar se tínhamos a construção da mesma imagem do Bairro Eldorado nas duas fases do Projeto. As análises nos mostram que as imagens são diferentes e podemos notar essa diferença na formulação e na constituição do discurso jornalístico nesses dois momentos distintos. Veremos na sequência que na primeira fase do Projeto enuncia-se sobre o espaço urbano a partir do discurso da

violência e da reivindicação e a essa enunciação corresponde a imagem do bairro problemático. Já na segunda fase, enuncia-se sobre o espaço urbano a partir do discurso das peculiaridades cotidianas, correspondendo a uma imagem de bairro individualizado pelas práticas dos sujeitos-moradores.

A edição do dia 24/08/2005, correspondente à primeira fase, tem como título: “Um bairro com medo da sua principal avenida” e como subtítulos: “Em vez de recriação, risco” e “Erosão está a um metro do cruzamento”. Os títulos já criam um dado percurso de sentidos atrelado à discursividade das queixas dos sujeitos-moradores em relação ao espaço do bairro.

A matéria segue uma estrutura que se repete nas dos outros bairros: o jornalista-mediador retoma, por meio do discurso relatado, os atos de enunciação dos sujeitos-moradores centrados em queixas sobre o bairro, faz algumas interferências e introduz, também pelo discurso relatado, os atos de enunciação da administração pública.

Ao longo dessa mediação, os sujeitos são identificados pelos nomes próprios e, de um lado, como “estudante”, “torneiro mecânico”, “morador”, “letrista”, “aposentado”, entre outros; e, de outro, como “secretário da saúde”, “secretário de esportes”, “secretário de serviços gerais”. Propomos a seguinte formalização do que acabamos de afirmar:

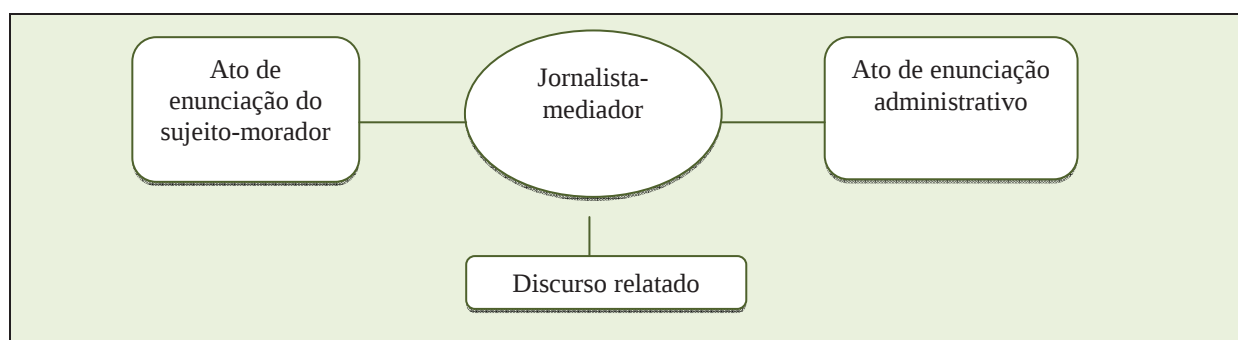
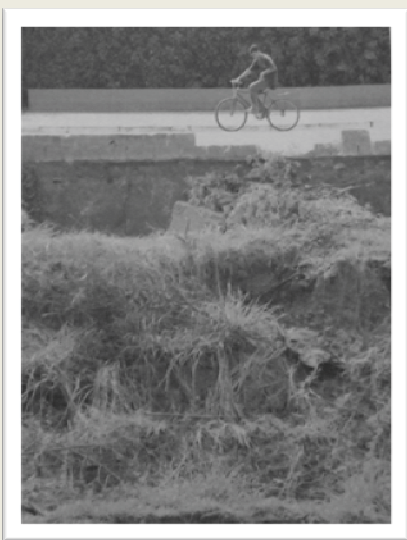


Figura 11: Discurso do Diário nos Bairros – Primeira fase

Vejamos como um dos textos dessa edição funciona, pensando o papel do jornalista como mediador, mas também: (i.) diferentemente do Jornal Região Norte, os atos de enunciação dos sujeitos-moradores são retomados a todo momento em forma de discurso direto; (ii.) a fala do sujeito-morador traz para o fio do discurso a queixa, o problema; (iii.) o discurso administrativo traz a solução, a lei, a multa ou a justificativa; (iv.) a fala do jornalista traz o discurso da investigação e da organização dos sentidos e das vozes.



O torneiro mecânico Vanderlei Francilino Magalhães, 48 anos, passa com frequência pelo cruzamento da avenida Sebastião Gonçalves de Souza com a rua Santa Paula. Ele afirma que neste local existe erosão nas margens do córrego Cobertinho.

Com o passar do tempo, o buraco causado pela erosão cresceu e, agora, está a um metro da calçada da rua Santa Paula, no Macedo Telles 2. O Diário constatou que o buraco tem pelo menos cinco metros de profundidade.

Magalhães, que mora no Eldorado há 18 anos, questiona: “será que a prefeitura vai deixar o buraco comer a calçada, a via, para fazer alguma coisa?” “Tem de fazer agora, antes de começar a época de chuva”.

O problema é prejudicial ao meio ambiente porque, com o desmoronamento, camadas de terra são arrastadas até os cursos de água, o que causa assoreamento do córrego. Junto com a terra, a água leva pesticidas, metais pesados e nutrientes que podem poluir a água. O letrista Adalberto Alves Martins, 34 anos, diz que ficou surpreso com a atitude da prefeitura, pois, um dia antes da visita do Diário, funcionários públicos foram ao local e providenciaram a pintura das guias e a limpeza do terreno às margens do córrego. “Deveriam ter começado a resolver também o problema da erosão. Se a calçada ceder, uma série de transtornos serão criados para as pessoas que moram e trabalham no bairro”, afirma Martins, que é proprietário de um estabelecimento comercial na avenida Sebastião Gonçalves de Souza.

“Já sabemos deste problema e está em estudo a melhor forma de resolvê-lo”, diz o secretário Paulo Pauléra. “Pretendemos encontrar uma solução antes de novembro, mês em que chove com frequência”, diz.

Para não prejudicar ainda mais o meio ambiente, Pauléra afirma que três engenheiros serão enviados amanhã para Sorocaba com objetivo de conhecer uma nova técnica para resolver o problema de erosão. “Não basta somente jogar terra. Tem de ter cuidado”, afirma. (24/08/2005)

Figura 12: Bairro Eldorado – Primeira fase

Nos dois parágrafos iniciais, o jornalista apresenta o problema (erosão) pelo discurso do cotidiano com uma narrativa que leva em conta o ato de enunciação do sujeito-morador. No seguinte, reproduz o ato de enunciação de um morador introduzido pelo verbo *questiona*. No quarto parágrafo, o jornalista analisa o problema e no seguinte reproduz o ato de enunciação de mais um morador. No fechamento do texto, sede a palavra ao representante da administração pública, o secretário de serviços gerais.

O jornalista vai intermediando os dois lados da questão, de modo a dividir a reivindicação do discurso do sujeito-morador (*questiona, diz*) com a explicação do discurso administrativo (*afirma, diz*), atravessadas pelo viés investigativo do discurso jornalístico (*O Diário constatou*). Dessa forma, a polêmica fica controlada, a tensão fica contida.

Esse controle da polêmica na disputa pelos sentidos do espaço urbano (que pode ser resumida em *problemas e soluções*, ligados aos moradores reivindicadores e ao poder público, respectivamente) é significativa para o contexto de enfraquecimento do poder de articulador simbólico do Estado somado ao funcionamento do consenso. De um lado, temos um Estado (aqui representado pelo poder público municipal) que, deslocado da posição central de articulador, divide o poder de gerenciamento das questões urbanas, seja com associações de moradores que reclamam e se organizam, seja com jornais locais e regionais que ouvem e intermedeiam. De outro lado, as falas dos moradores vão se tornando, por meio da intervenção desse discurso jornalístico que vai articulando enunciações e controlando polêmicas, praticamente ecos de queixas que recebem uma resposta da administração pública nas linhas subsequentes. Nesse ponto, pode-se dizer que o discurso dos jornais analisados assenta-se sobre o consenso nas práticas urbanas, apagando o político da relação sujeitos-moradores/ poder público. Os problemas e as faltas existem, mas é como se na articulação entre as enunciações que o sujeito-jornalista faz houvesse um contrabalanceamento em que

pesam mais as respostas, as soluções e as iniciativas do poder público, atenuando-se as tensões.

Tissot (2007) analisa os bairros ditos problemáticos na França (*quarties sensibles*) e as políticas públicas implementadas nessas localidades que visavam a solução da pobreza urbana e dos problemas daí decorrentes. A autora chama atenção para uma dada prática quase consensual, no sentido que emprestamos de Orlandi (2010), de apagamento do político e das tensões, por meio do discurso da proximidade e da localidade, que relacionamos com os sentidos já expostos aqui de mídia de proximidade:

“Cidadania”, “participação dos moradores”, “projetos”, valorização da “proximidade” e do “local”, “transversalidade” e “deliberação” entre “parceiros”: é difícil questionar essas palavras de ordem, tão familiares se tornaram. O questionamento fica ainda mais difícil na medida em que esse vocabulário passa a parecer humanista e progressista, em um contexto político em que a retórica da insegurança, da “escória” (*racaille*) e das “zonas sem direito” (*zones de non droit*) prevalece. No entanto, desde que a participação dos moradores se tornou o remédio miraculoso para cuidar dos “males das periferias”, ela foi definida de maneira singularmente restritiva: ocultação das condições de vida material em prol do “diálogo” e da “comunicação” entre os moradores; psicologização e, portanto, despolitização dos problemas sociais, fomentadas por uma representação do bairro como um espaço neutro e pacificador; valorização da boa vontade individual e das soluções modestas e pontuais, desvalorização concomitante do conflito e das reivindicações consideradas “políticas” demais. (TISSOT, 2007)

A partir do momento em que o sujeito-morador tenha espaço para dizer os problemas do bairro e veja abaixo de sua queixa uma fala do poder público, tudo mediado pelo discurso da mídia que os *aproxima e reforça os laços* promovendo o diálogo, constrói-se a ilusão de que os conflitos foram solucionados, as tensões dissipadas.

Já na edição de 04/04/2007, em que a produção do jornal visita pela segunda vez o Bairro Eldorado, nos deparamos com o seguinte título “Davi tem 93 anos de história”. Nesta fase, voltada para as peculiaridades do cotidiano dos sujeitos-moradores dos bairros, a edição apresenta como subtítulos: “Maria José nasceu no próprio bairro”, “Bike com motor é

sucesso”, “Carona no carrinho e dia-a-dia de José”, “Localidade é auto-suficiente”, “História do Eldorado se divide em antes e depois do Cadeião” e “Fatec faz inscrição para isenção em prova”.

Diferentemente da primeira edição sobre o Eldorado, aqui os títulos e subtítulos conduzem a um percurso de leitura não de queixas, mas de fatos atrelados ao cotidiano, do comum ao quase “exótico” da bicicleta com motor. O discurso das queixas é aqui deixado de lado e o sujeito-jornalista passa a contar histórias de moradores e a reproduzir atos de enunciação desses moradores ligados a uma memória mais afetiva, mais positiva com relação ao espaço do bairro.

O discurso do *levantamento de problemas*, que comparamos acima ao funcionamento do púlpito, cede lugar à discursividade do *peculiar*, e o funcionamento do jornal passa a remeter ao palco. O jornalista passa de mediador entre as partes (sujeito-morador e administração pública) a apresentador de histórias de vidas particulares que se ligam à história do espaço urbano.

A linguagem empregada pelo jornalista passa de objetiva e incisiva a praticamente poética, com uso de adjetivos e metáforas. Pode-se dizer que passamos do gênero “notícia” (1ª fase do projeto) ao gênero “matéria de perfil”. O bairro passa a ser individualizado pelo cotidiano dos sujeitos-moradores que o discurso jornalístico põe em cena.

No texto em destaque (“Davi tem 93 anos de história”), ao falar desse antigo morador, o sujeito-jornalista vai apresentando a história do bairro, com dados que não apareciam na reportagem anterior (como fundador e origens históricas). Sobre o sujeito-morador Davi: “faz parte do seletto grupo composto pelos cinco primeiros moradores do bairro, hoje um dos mais populosos de Rio Preto. Certamente, é o mais antigo vivo. Mora no mesmo endereço desde 1955 – casa aconchegante onde prevalece o verde das plantas”.

Ainda observando a formulação, verificamos que o jornalista deixa de empregar o discurso relatado introduzido por verbos dicendi e marcado por aspas. Passa a retomar os atos de enunciação dos sujeitos-moradores sem o uso das aspas, mas em quantidade bem reduzida, separados graficamente do texto pelo travessão sem, contudo, os verbos dicendi. Consideramos essa mais uma marca do deslizamento da notícia para a matéria de perfil: o emprego da citação nos moldes tradicionais do jornalismo desliza para citações. O efeito é de maior fluidez do discurso, que fica mais “leve”, sem a tensão que o discurso de reivindicação confere às matérias.

Podemos ver esse funcionamento do discurso relatado no momento em que o jornalista descreve como era um estabelecimento dentro do Cadeião (“História do Eldorado se divide em antes e depois do Cadeião”):

Não podia oficialmente vender bebidas alcóolicas. Porém, oferecia, aos mais chegados, a “maria-louca”, feita pelos próprios detentos. A bebida tinha teor alcóolico. Não havia mesa de sinuca.

- Na época, a cadeia era mais livre. Não tinha tranca nas celas. Não era o regime que é hoje.

O jornalista chama a atenção ainda para o fato de no local onde no passado havia o Cadeião hoje existir a Fatec (Faculdade de Tecnologia). Esse movimento entre passado e presente funciona ao longo de toda a edição. O jornalista contrapõe o passado do bairro e dos sujeitos-moradores ao presente:

“Nunca havia sido preso até então. Era comerciante. Hoje, trabalha em empresa que vende produtos de limpeza.”

“Antigamente, ganhava a vida como servente. Agora, se promoveu a pedreiro. Com medo de furto, guarda a bicicleta na cozinha. E anda sempre com capacete.”

“São José morava em Potirendaba e sempre trabalhou no campo. Mudou-se para a cidade porque a filha cursava faculdade. Hoje, ela é professora – para orgulho do pai coruja.”

“A ala que abrigava a administração da cadeia foi reformada e adaptada aos padrões de salas de aula.”

O presente sempre é colocado como um resultado positivo das mudanças para os sujeitos e para o espaço. Assim como a segunda visita ao bairro: antes, o que chamava a atenção da reportagem era, entre outros problemas, o perigo na avenida Monte Aprazível; agora, ela é uma avenida de destaque, como se pode observar nas fotos e nos títulos:

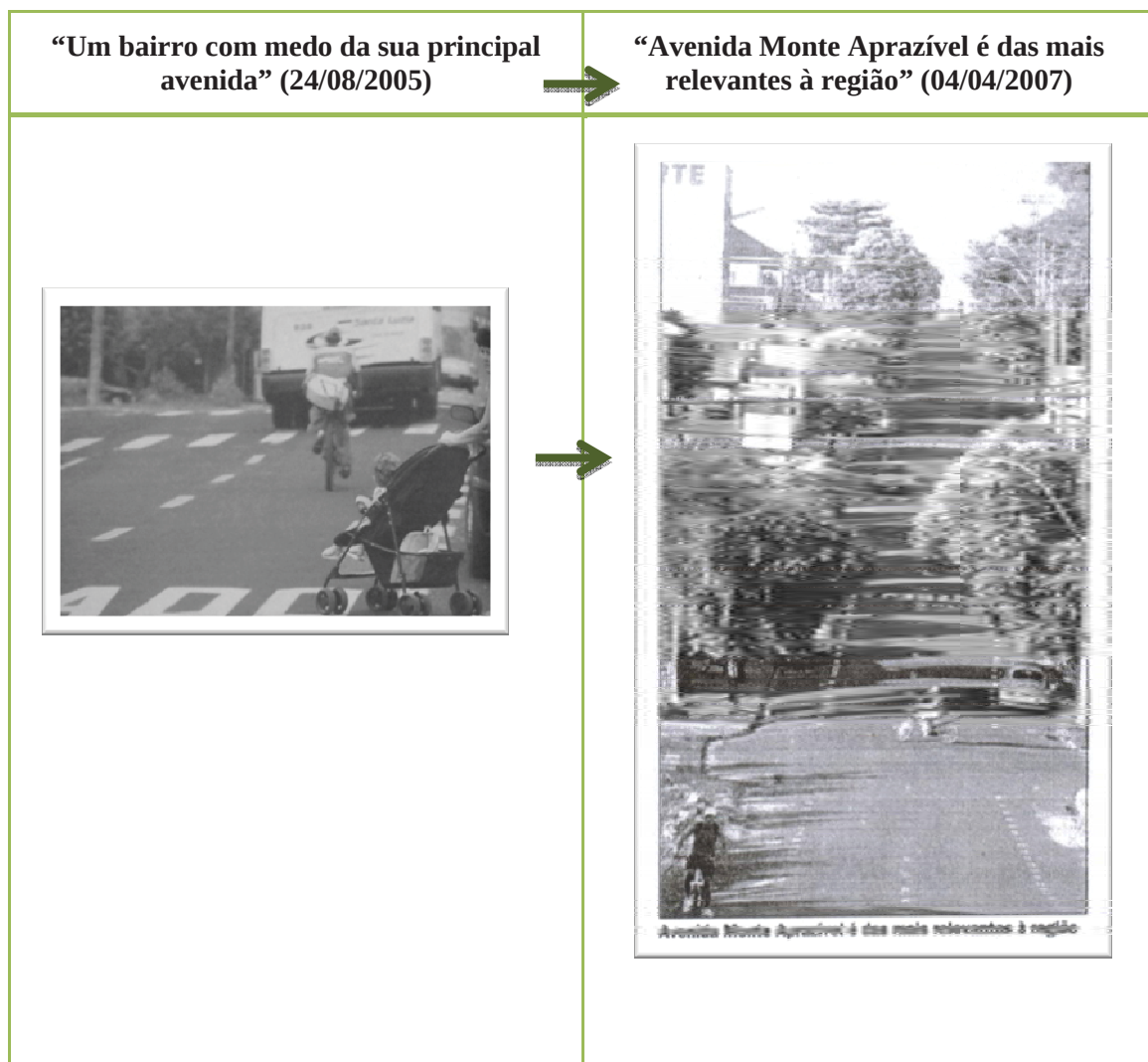


Figura 13: Bairro Eldorado nas duas fases do Projeto Diário nos Bairros

Enfim, em cada uma das fases, a partir de discursos diferentes, o mesmo espaço urbano ganha sentidos diferentes. São duas avenidas em uma. São dois Eldorados. São dois Eldorados em um.

3.3 O controle da polêmica: o político e o consenso

Vimos ao longo da análise das edições do Diário nos Bairros (Diário da Região) que a imagem que se constrói do Eldorado, bairro que aqui representa a Zona Norte por pertencer a ela, liga-se de um lado (i.) ao discurso dos *bairros problemáticos*, em que se evidenciam problemas de várias ordens (saneamento, infra-estrutura, violência); (ii.) ao discurso do elogio ao cotidiano, em que o dominante são as peculiaridades dos moradores do bairro. Marca dessa contradição é a Avenida Monte Aprazível, atravessada por esses dois discursos que projetam dela duas imagens distintas. Há dois sentidos possíveis para a avenida: perigo e relevância econômica.

Dessa forma, os sujeitos-moradores vão sendo significados também (i.) ora como aquele que, silenciado pela falta de espaço de interlocução para suas queixas, recorre à mídia em busca de soluções para os problemas do espaço que habita; (ii.) ora como o protagonista de histórias pitorescas sobre o cotidiano desse mesmo espaço.

O jornalista, por sua vez, ao assumir essa posição de mediador, marcada pelo uso de verbos tais como *ouvir*, *registrar*, *reforçar*, *mostrar*, *cobrar*, é o ponto central de uma tensão entre o reconhecimento ou não da legitimidade desta posição.

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Nós tínhamos o hábito de situar-nos uns em relação aos outros em escalas sociais, de qualificação, de ingressos, de educação ou de autoridade; nós substituímos essa visão vertical por uma visão horizontal: nós estamos no centro ou na periferia, dentro ou fora, na luz ou na sombra. (TOURAINÉ, *Face à l'exclusion*, 1991)

Com vistas à compreensão das imagens de bairro e de sujeito em relação à Zona Norte de São José do Rio Preto, empreendemos esse trabalho filiando-nos teoricamente à Análise de Discurso. Expostos ao *corpus*, passamos a trabalhar com alguns bairros da Zona Norte e com o que viemos chamando de sujeito-morador.

Alguns bairros, pois a exaustividade vertical não era nossa pretensão. Optamos pelo que o *corpus* nos ofereceu: os bairros que foram sendo citados pelos alunos nas redações e que depois apareciam também nos jornais, criando assim uma certa circularidade.

Sujeito-morador, dado que o morar para nós marca esse sujeito que nos interessa, pois pressupõe a forma-sujeito atual constituída pelo jurídico (pelo direito à moradia, ao um *locus* específico) e pelo urbano (a cidade é o espaço em que esse sujeito se significa e é significada por ele).

A questão geral era compreender o modo pelo qual uma característica de ordem espacial, horizontal, poderia constituir a imagem desse sujeito, não mais uma característica de classes, vertical. O que está em jogo não é mais, necessariamente, se é da *classe A*, da *classe C*, da *classe média*, da *classe baixa*. Mas os sentidos atribuídos ao espaço e ao sujeito-morador passam por essa horizontalidade do dentro-fora, do centro-periferia.

Os alunos da Zona Norte, materializam essa tensão dentro-fora, *sócius-hostis*, em seus discursos sobre o espaço em que vivem colocando em disputa os sentidos para a Zona Norte por meio da alteridade. A imagem que o *outro* tem do bairro atravessa o discurso do sujeito-morador como uma espécie de pré-construído que pinta a Zona Norte com as cores

da violência e do *não-habitável*. Mas o sujeito-morador, pela negação, virando pelo avesso a relação com o *outro*, com os *aparelhos de segurança do Estado*, *habita* o espaço. Não é uma questão de defender a Zona Norte, mas de *Ser Zona Norte*.

No *corpus* de jornais, a disputa pelos sentidos do espaço continua. No jornal local (Jornal Região Norte), o sujeito-morador ocupa a posição de leitor e, eventualmente, de reivindicador. O espaço do bairro é significado pelo discurso administrativo, ligado ao poder público municipal. E o jornalista faz a intermediação, controlando a polêmica, a disputa de sentidos sobre o bairro pelo sujeito-morador (afirmação da falta) e pela administração (afirmação da completude). O discurso da quantidade atravessa o jornal, sobredeterminando o urbano: a educação e a infra-estrutura são significadas numericamente. A quantidade esquadrinha o espaço da cidade, como se *todos* os seus espaços fossem homogêneos. As particularidades da Zona Norte são apagadas, o político é silenciado.

No jornal Diário da Região, o jornalista parte do pressuposto de que o sujeito-morador não tenha espaço para falar de si e do bairro e se coloca nessa posição. No entanto, os bairros, logo os sujeitos-moradores, são significados a partir de dois discursos diferentes: o do *bairro problema* e o do *bairro pitoresco*. Essa contradição constitui ao mesmo tempo os espaços e redefine os sujeitos-moradores ora como vítimas no púlpito, ora como protagonistas no palco.

Nos jornais, o espaço ao sentido negativo do espaço urbano parece ser quase zero. O que fica mais forte é o reforço ao positivo: pelo realce às obras do poder público, pelas respostas administrativas às queixas da população.

A mídia busca um espaço de veículo de denúncia e de “ponte” entre o povo e o poder público, mas não se sustenta enquanto tal, pois acaba se centrando no “faz-e-acontece” público. No jornal Região Norte, a imagem do bairro vai sendo construída a partir do lugar do *possível orgulho*. E no Diário da Região, as matérias começam pelos sentidos negativos e

depois se focam nos sentidos positivos, pitorescos, num movimento de apagamento da negatividade possível.

Ocorre, nos jornais, uma sobredeterminação da idealização da organização urbana sobre o real da Zona Norte. O que não verificamos no *corpus* de redações, em que os problemas, as falhas, os conflitos são desnudados pelos sujeitos-moradores que se confrontam com os de fora, com a administração e com a polícia, num movimento de não-identificação com a organização urbana imposta de fora para dentro.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. E. V. (coord.) *Os Jornais de bairro na cidade de São Paulo*. São Paulo Secretaria Municipal da Cultura, 1985.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Trad. Evangelista, W.J.; Castro, M.L.V. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas – as não coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BRANCA, S. Une categorie descriptive en contexte: les usages discursifs du mot “quartier”. In Branca, S.; Leimdorfer, F. (org) *Espaces urbains: analyses lexicales et discursives. LANGAGES ET SOCIÉTÉ*, n.96, jun. 2001.

BOLOGNINI, C.Z.; MEGID, C.M. Mídia e política: entrecruzamentos discursivos. *RUA*. n.13, março, 2007. Campinas: Nudecri, 2007.

BROSSAUD, C. O corpo vivo da cidade: um lugar de memória. *RUA*. n.9, março, 2003. Campinas: Nudecri, 2003.

CAMARGO, A. Jornais de bairro contribuem para a integração do leitor ao lugar onde mora. <http://www.centrodametropole.org.br/diversidade/numero8/3b.html> Acesso em: 14/04/2009.

DUCROT, O. *Dizer e não dizer*. São Paulo: Cultrix; Brasiliense, 1972.

_____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

DUCROT, O.; ANSCOMBRE, J.C. L'Argumentation dans la langue. *Langages* 42. Paris : Didier-Larousse, 1976.

FOURNIER, J.M. Représentation de l'espace urbain dans des textes écrits en contexte scolaire. In R.Morello (org.) *Giros na cidade*. Campinas: LABEUB/NUDECRI-UNICAMP, 2004.

GARCIA, D.A. Da favela à moradia de interesse social: a designação do espaço e do sujeito urbano. *Brochura Palavra, discurso e silêncio: no movimento dos sentidos urbanos*. n.5. São José do Rio Preto: Unesp; Fapesp, 2010.

GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

GONÇALVES, J. Corpos trespassados por cidades. *RUA*. n.8, março, 2002. Campinas: Nudecri, 2002.

GUIMARÃES, E. Bairro: a especificidade de um nome abstrato. In: MORELLO, R. *Giros na cidade - materialidade do espaço*. Campinas: LABEUB/NUDECRI-UNICAMP, 2004.

- _____. *Os limites do sentido*. Campinas: Pontes, 1996.
- _____. A marca do nome. *RUA*. n.9, março, 2003. Campinas: Nudecri, 2003.
- _____. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2005.
- _____. Semântica e pragmática. In Guimarães, e.; Zoppi-Fontana, M. (org) *Introdução às ciências da linguagem. A palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006.
- _____. *Texto e argumentação*. Campinas: Pontes, 1987.
- INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C.L. (org.) *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005.
- LAGAZZI, S. *O desafio de dizer não*. Campinas: Pontes, 1988.
- LAGAZZI-RODRIGUES, S. Deixar a cidade. Vir para a terra – Discurso urbano em movimento. *RUA*. N.5, março, 1999. Campinas: Nudecri, 1999.
- LAGAZZI-RODRIGUES, S.; BRITO, P.S. As ocupações dos sem-teto na discursividade da cidade. In ORLANDI, E. (Org.). *Cidade Atravessada - Os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas: Pontes, 2001.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- LEWKOWICZ, I.; CANTARELLI, M.; GRUPO DOZE. *Do fragmento à situação – notas sobre a subjetividade contemporânea*. Trad.: Payer, M.O.; Dias, R. 2006. (mimeo)
- LIMONAD, E. Cidades: do lugar ao território. In: *V Seminário de história da cidade e do urbanismo “Cidades: temporalidades em confronto”*. Campinas: PUC, 1998 (CD-ROM).
- LIPE, R. Zur. A geometrização do homem na Europa: época moderna. In Guimarães, E.; Paula, M.R.B. *Sentido e memória*. Campinas: Pontes, 2005.
- KRAFTA, R.; CONSTANTINOU, E. Cidades brasileiras, seu controle e o caos. In: *V Seminário de história da cidade e do urbanismo “Cidades: temporalidades em confronto”*. Campinas: PUC, 1998 (CD-ROM).
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3.ed. Campinas: Pontes; Ed. da Unicamp, 1997.
- MARIANI, B. S. C. Imprensa, produção de sentidos e ética. In: Ribeiro, Ana Paula Goulart; Ferreira, Lucia Maria Alves. (Org.). *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, v. 01, p. 199-218.
- _____. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: De como o discurso jornalístico constrói memória). In E. P. Orlandi (org.) *Discurso fundador – a formação do país e a construção da identidade nacional*. 3.ed. Campinas: Pontes, 2003.

_____. Sentidos de subjetividade: imprensa e psicanálise. *Polifonia*. v.12, n.01, Cuiabá: Ed. UFMT, 2006, p. 21-45.

MARTINS, M. T. O espaço urbano em dicionários infantis de língua portuguesa. *Fragmentum*. N.26. Laboratório Corpus: UFSM, jul./ set. 2010. p. 32-41.

_____. *Análise discursiva de dicionários infantis de língua portuguesa*. Dissertação de Mestrado. Unesp: Ibilce, 2007.

MAYOL, P. O bairro. In: CERTEAU, M.; MAYOL, P.; GIARD, L.. *A invenção do cotidiano*. 3.ed. Trad.: E.F.Alves e L.E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAZIÈRE, F. *A análise do discurso – história e práticas*. Trad.: M. Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2007.

MORELLO, R. *Giros na cidade - materialidade do espaço*. Campinas: LABEURB/NUDECRI-UNICAMP, 2004.

MONDADA, L. A entrevista como acontecimento interacional. Abordagem lingüística e conversacional. *RUA*. n. 3, março, 1997. Campinas: Nudecri, 1997.

NUNES, J.H. Dictionnaire et métalangage : définition de termes spatiaux. *Métalangage et terminologie linguistique*. Actes du colloque international de Grenoble. Leuven: Peeters, 2001.

_____. Corpo e cidade. *R.U.A*. n.5. Campinas: Nudecri, 1999.

NUNES, J. H.; LAGAZZI, S. Discurso e urbanidade: o documentário e o dicionário no espaço da cidade. *Revista Brasileira de Letras (UFSCar)*, v. 5, p. 85-93, 2008.

NUNES, J. H. Espaço Urbano, Sujeito e Dicionário: definição e formas do silêncio. *Fragmentum (UFSM)*, v. 27, p. 13-24, 2010.

_____. *Formação do leitor brasileiro: imaginário da leitura no Brasil Colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

_____. *Palavra, discurso e silêncio: no movimento dos sentidos urbanos*. Projeto Fapesp (15205-1). São José do Rio Preto: Unesp, 2009.

_____. Planos diretores de Campinas e a definição de política pública. In: *V Seminário de história da cidade e do urbanismo “Cidades: temporalidades em confronto”*. Campinas: PUC, 1998 (CD-ROM).

_____. Praças públicas na contemporaneidade: História, multidão e identidade. *Cad.Est.Ling.*, Campinas, 53(2): 157-168, Jul./Dez. 2011.

_____. Relatório Científico do Projeto "Palavra, Discurso e Silêncio: no movimento dos sentidos urbanos". 2011.

ORLANDI, E.P. À flor da pele: indivíduo e sociedade. In Mariani, B. (org) *A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise*. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. *Análise de Discurso*. 4.ed. Campinas: Pontes, 2002a.

_____. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: Indursky, F.; Ferreira, M.C.L. (org) *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005.

_____. Bolsões, fechamentos e cia. *RUA*, n.9, março, 2003. Capinas: Unicamp; Nudecri, 2003a.

_____. (Org.). *Cidade Atravessada - Os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.

_____. Discurso e argumentação: um observatório do político. *Fórum linguístico*. n.1. jul-dez. 1998. Florianópolis: UFSC, 1998.

_____. *Discurso e texto*. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *Discurso e leitura*. 5.ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

_____. (org.) *Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso*. Campinas: Editora RG, 2010.

_____. *As formas do silêncio*. Campinas: Pontes, 1992.

_____. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. *A leitura e os leitores*. (org.) 2.ed. Campinas: Pontes, 2003.

_____. O lugar das sistematicidades lingüísticas na análise de discurso. *D.E.L.T.A.*, vol.10, n.2, 1994.

_____. Relações de sentido e relações sociais: escola e cidade. In: *Língua e conhecimento lingüístico*. Para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002b.

_____. (org.) *Para uma enciclopédia da cidade*. Campinas: Pontes, 2003b.

_____. Violência e processos de individualização dos sujeitos na contemporaneidade. São Carlos: CIAD, 2007.

PAYER, M.O. *Memória da língua – Imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta, 2006.

PÊCHEUX, M. AAD-69. In: GADET, F.; HAK, T. (org) *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993a.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad.: E.P.Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

_____. *Estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2008.

_____. Ler o arquivo hoje. In: Orlandi (org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, (1997a).

_____. *Papel da memória*. Trad.: J.H.Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

_____. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (org) *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, (1993b).

_____. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. 3.ed. Trad.: E.P.Orlandi et alli. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997b.

_____. Et ali. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. *Langages*, n.24, Paris: Didier-Larousse, 1971.

PÊCHEUX, M. ; FUCHS, C. Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours. *Langages*, n.37, Paris: Didier-Larousse, 1975.

PERUZZO, C.M.K. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. *Comunicação & Sociedade*. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 26, n. 43, p. 67-84, 1o. sem. 2005.

PFEIFFER, C.C. Dizer no espaço – inscrições possíveis no/do sujeito. In: MORELLO, R. (org.) *Giros na cidade - materialidade do espaço*. Campinas: LABEORB/NUDECRI-UNICAMP, 2004.

_____. Cidade, escola e violência de sentidos. *ComCiência*, <http://www.comciencia.netway.b>, 2002.

_____. Sentidos na cidade: clichê e sujeito urbano. *RUA*. n. 3, março, 1997. Campinas: Nudecri, 1997.

RODRIGUEZ-ALCALÁ, C. A cidade e seus habitantes: língua e ideologia na constituição do espaço. *Escritos*. n. 6, agosto, 2002. Campinas: Nudecri, 2002.

_____. Observações sobre o discurso sobre a cidade em textos produzidos em contexto escolar. In: R. MORELLO (org.) *Giros na cidade – saber urbano e linguagem*. Campinas: Labeurb; Nudecri; Unicamp, 2004.

ROLNIK, R. *A cidade e a lei*. 3.ed. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp, 2007.

_____. *O que é cidade*. 6ª reimpressão da 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROLNIK, S. Subjetividade e história. *R.U.A*. n.1. Campinas: Nudecri, 1995.

ROMÃO, L.M.S.; PACÍFICO, S.M.R. Mora-dores de rua falados e significados no/ pelo discurso jornalístico. *RUA*, n.13, março, 2007. Campinas: Nudecri, 2007.

ROURE, G.Q. Família, subjetividade e espaço urbano. *RUA*, n.7, março, 2001. Campinas: Nudecri, 2001.

STEPHAN, I.I.C. Planos diretores: experiências negativas de Juiz de Fora e São Luiz. *RUA*, n.13, março, 2007. Campinas: Nudecri, 2007.

TISSOT, S. *A invenção dos bairros problemáticos*. Le Monde Diplomatique – Brasil. 2007.

ZOPPI-FONTANA, M. Retórica e argumentação. In Orlandi, E.P.; Lagazzi-Rodrigues, S. (org.). *Introdução às ciências da linguagem - Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.

Autorizo a reprodução xerográfica para fins de pesquisa.

São José do Rio Preto, 18 de julho de 2012.

Assinatura